

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO

**LEONARDO MENDES CRUZ**

**O IMPOSTO DE RENDA SOBRE O ÁGIO NA SUBSCRIÇÃO DE QUOTAS EM  
SOCIEDADES DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.  
UMA ANÁLISE DO RECURSO DO PROCESSO DE NÚMERO 13899.002346/2003-88,  
DO CARF**

São Paulo

2019

**LEONARDO MENDES CRUZ**

**O IMPOSTO DE RENDA SOBRE O ÁGIO NA SUBSCRIÇÃO DE QUOTAS EM  
SOCIEDADES DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.  
UMA ANÁLISE DO RECURSO DO PROCESSO DE NÚMERO 13899.002346/2003-88,  
DO CARF**

Dissertação apresentada à Escola de Direito de  
São Paulo da Fundação Getulio Vargas como  
requisito para obtenção do título de Mestre em  
Direito.

Área de Concentração: Direito dos Negócios.

Orientadora: Profa. Dra. Lie Uema do Carmo.

São Paulo

Cruz, Leonardo Mendes.

O imposto de renda sobre o ágio na subscrição de quotas em sociedades de responsabilidade limitada : uma análise do recurso do processo de número 13899.002346/2003-88, do CARF / Leonardo Mendes Cruz. - 2019.

f.84

Orientador: Lie Uema do Carmo.

Dissertação (mestrado profissional) - Fundação Getulio Vargas, Escola de Direito de São Paulo.

1. Agio. 2. Sociedades por quotas de responsabilidade limitada. 3. Sociedades por ações. 4. Imposto de renda. I. Carmo, Lie Uema do. II. Dissertação (mestrado profissional) - Escola de Direito de São Paulo. III. Fundação Getulio Vargas. IV. Título.

CDU 34::336.2

Ficha Catalográfica elaborada por: Isabele Oliveira dos Santos Garcia CRB SP-010191/O

Biblioteca Karl A. Boedecker da Fundação Getulio Vargas – SP

**LEONARDO MENDES CRUZ**

**O IMPOSTO DE RENDA SOBRE O ÁGIO NA SUBSCRIÇÃO DE QUOTAS EM  
SOCIEDADES DE RESPONSABILIDADE LIMITADA.  
UMA ANÁLISE DO RECURSO DO PROCESSO DE NÚMERO 13899.002346/2003-88,  
DO CARF**

Dissertação apresentada à Escola de Direito de  
São Paulo da Fundação Getulio Vargas como  
requisito para obtenção do título de Mestre em  
Direito.

Área de Concentração: Direito dos Negócios.

Data de Aprovação: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Banca examinadora:

---

Nome:

Titulação e instituição

---

Nome:

Titulação e instituição

---

Nome:

Titulação e instituição

---

Nome:

Titulação e instituição

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esse trabalho a meu avô, Newton Mendes, quem eu gostaria que estivesse entre nós para acompanhar mais uma etapa de minha vida.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço imensamente a meus Pais, que me tornaram a pessoa que sou hoje, a meu Leonardo Campos, que me incentivou a me inscrever na seleção do Mestrado, a Campelo, que me ensinou as normas para arranjo final do trabalho e a David Vilasboas e Helder Silva, que foram meus companheiros nessa jornada, assim como todos que entenderam as minhas ausências e, ainda assim, permaneceram.

## RESUMO

A pesquisa pretende analisar julgamento de auto de infração que imputa penalidade em decorrência de alocação de ágio na subscrição de quotas de sociedade limitada na conta de reserva de capital sem submeter à tributação do imposto de renda, alegando que a modalidade somente poderia ser usufruída por sociedades anônimas. No caso em análise, o fisco deixa de considerar preceitos tributários, contábeis, societários e constitucionais que determinam a igualdade de tratamento para os tipos societários de sociedade anônima e sociedade limitada, gerando impactos para todas as sociedades que pretendam receber investimentos na modalidade de subscrição de ações e, ainda, no mercado, na medida em que diminui a capacidade financeira das sociedades limitadas para investimentos no próprio crescimento. Análise, perpassa por um entendimento da operação realizada, com os preceitos contábeis e uma verificação do contexto do criador da norma e do seu momento de geração e o motivador da decisão adotada pelo órgão e seus julgadores.

**Palavras-chave:** Ágio. Sociedade Limitada. Sociedade Anônima. Subscrição de quotas. Reserva de capital. Imposto de Renda

## **ABSTRACT**

The research intends to analyze the results in the judgment of infraction converted in administrative claim that imputes penalty due to the allocation of goodwill in subscription of LLC's (limited liability company) shares at the capital reserve account without subjecting to taxation of income tax, claiming that the modality could only be used by corporations. In the objected case, the tax authority obliterates the tax, accounting, corporate and constitutional precepts that determine equal treatment for corporate types of corporations and limited companies, generating impacts for all companies wishing to receive investments in the subscription form and also in the market, as the limited companies' financial capacity to invest in their own growth decreases. The analysis involves an understanding of the operation performed, the accounting precepts and a verification of the context of the legislator and the law creation moment and the decision's motivation adopted by the administrative court.

**Keywords:** Goodwill. LLC's. Corporations. Shares Subscription. Reserve Account. Income Tax.



## LISTA DE TABELAS

<b>Tabela 1.....</b>	<b>33</b>
<b>Tabela 2.....</b>	<b>33</b>
<b>Tabela 3.....</b>	<b>43</b>
<b>Tabela 4.....</b>	<b>57</b>
<b>Tabela 5.....</b>	<b>67</b>
<b>Tabela 6.....</b>	<b>67</b>
<b>Tabela 7.....</b>	<b>68</b>
<b>Tabela 8.....</b>	<b>69</b>
<b>Tabela 9.....</b>	<b>70</b>
<b>Tabela 10.....</b>	<b>70</b>
<b>Figura 1.....</b>	<b>49</b>
<b>Figura 2.....</b>	<b>65</b>

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**CARF** – Conselho Administrativo de Recursos Fiscais

**RFB** – Receita Federal do Brasil

**S/A** – Sociedade Anônima

**IFRS** – *International Financial Reporting Standards*

**RIR** – Regulamento de Imposto de Renda

**PGFN** – Procuradoria Geral da Fazenda nacional

**PFN** – Procuradoria da Fazenda Nacional

**LTDA** – Limitada

**CVM** – Comissão de Valores Mobiliários

**Bovespa** - Bolsa de Valores de São Paulo

**IN** – Instrução Normativa

**DREI** – Departamento de Registro e Integração

**B3** – Brasil, Bolsa, Balcão

**CCB** – Cédula de Crédito Bancário

**ABDI** – Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial

**ICMS** – Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

**IRPJ** – Imposto de Renda da Pessoa Jurídica

**CTN** – Código Tributário acional

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2 O ÁGIO, PATRIMÔNIO LÍQUIDO E A FORMAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL.....</b>	<b>12</b>
2.1 PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	13
2.1.1 Capital Social.....	14
2.1.2 Receita.....	15
2.1.3 Reservas de Capital.....	17
2.2 CONTABILIDADE X DIREITO.....	19
2.3 EVOLUÇÃO DO ÁGIO.....	23
<b>3 SÍNTESE DO CASO A SER ANALISADO.....</b>	<b>25</b>
3.1 O AUTO DE INFRAÇÃO.....	25
3.2 RECURSO VOLUNTÁRIO DO CONTRIBUINTE.....	26
3.3 RECURSO ESPECIAL.....	28
<b>4 A OPERAÇÃO COM O ÁGIO.....</b>	<b>31</b>
<b>5 O CONTEÚDO NORMATIVO DO ART. 442 DO DECRETO-LEI 3.000/99: CONTEXTO DE SUA CRIAÇÃO E EVOLUÇÃO PARA O DEECRETO 9.580/18.....</b>	<b>35</b>
5.1 O CONTEXTO DE CRIAÇÃO DA NORMA: MERCADO DE CAPITAIS E DE VALORES MOBILIÁRIOS.....	35
5.2 A EVOLUÇÃO DO CONTEÚDO NORMATIVO DO ART. 422 DO DECRETO-LEI 3.000/99.....	38
5.3 RECEITA, RENDA, ÁGIO E TRIBUTAÇÃO.....	39
5.4 UMA ANÁLISE SOBRE AS SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE OS TIPOS SOCIETÁRIOS DE SOCIEDADES ANÔNIMAS E SOCIEDADES LIMITADAS.....	40
5.4.1 Adoção de Instrumentos de Sociedade Anônima por Limitadas / quóruns diferenciados / Regras de Governança.....	44

5.4.2 Investidor Anjo.....	46
5.4.3 Publicações e demonstrações financeiras.....	46
5.4.4 <i>Crowdfundings</i> .....	47
5.4.5 Debêntures em Sociedades Limitadas.....	48
 6 O RIR 99, A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E O PRINCÍPIO DA IGUALDADE.....	50
6.1 IDENTIFICAÇÃO DO ELEMENTO OBJETO DA DESIGUALDADE.....	51
6.2 EXISTÊNCIA OU NÃO DE CORRELAÇÃO LÓGICA ENTRE O FATOR ERIGIDO EM CRITÉRIO DE DISCRÍMEN E A DISPARIDADE ESTABELECIDADA NO TRATAMENTO JURÍDICO DIVERSIFICADO.....	52
6.3 A EXISTÊNCIA DE RELAÇÃO ENTRE A CORRELAÇÃO LÓGICA APRESENTADA E OS INTERESSES GARANTIDOS PELO SISTEMA CONSTITUCIONAL.....	53
6.4 O PRINCÍPIO DA IGUALDADE E EXTRAFISCALIDADE.....	54
 7 O LUCRO E SUA APLICAÇÃO JURÍDICA NO CASO.....	57
 8 O IMPACTO DO POSICIONAMENTO DO CARF EM CRITÉRIOS DE ECONOMIA.....	66
8.1 A PROPORÇÃO DOS TIPOS SOCIETÁRIOS.....	66
8.2 O PROBLEMA DO CUSTO.....	68
8.3 A CAPITALIZAÇÃO DE EMPRESAS ATRAVÉS DE INVESTIDORES E OS PRINCÍPIOS ECONÔMICOS DA MAXIMIZAÇÃO E EFICIÊNCIA.....	72
 9 A SOLUÇÃO DO MERCADO – ELISÃO, EVASÃO, SIMULAÇÃO, DISSIMULAÇÃO E O CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL.....	74
 10 CONCLUSÃO.....	79
 REFERÊNCIAS.....	82

## 1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem por objetivo analisar o processo de número 13899.002346/2003-88, em trâmite no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais – CARF, que trata do ágio na aquisição de quotas de sociedades de responsabilidade limitada.

O processo administrativo do estudo foi iniciado em decorrência de autuação da Receita Federal do Brasil – RFB com a alegação de que o contribuinte em questão, a C.P.M COMUNICAÇÕES, teria deixado de levar a tributação valor que fora decorrente de ágio na subscrição de quotas da sociedade, cujo tipo societário é de limitada.

No auto de infração, a RFB alegou que a empresa teria aumentado o seu capital social de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) para R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), mediante a emissão de 20.000.000 (vinte mil) quotas resgatáveis classe B, com preço de R\$5,00 (cinco reais) cada uma, sendo R\$1,00 (um real) destinado ao capital social e R\$4,00 (quatro reais) correspondentes ao ágio na emissão de quotas. O total de R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) foi destinado à formação de reserva de ágio na emissão de quotas, conforme alteração contratual.

Segundo a Fazenda Federal, a contribuinte deixou de adicionar à base de cálculo do imposto de renda a reserva de ágio relativa à aquisição de quotas no valor de R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), tendo amparado a lavratura do auto de infração nos artigos 249, 442 e 347 do então Regulamento de Imposto de Renda – RIR/99.

A Delegacia de Julgamento da Receita Federal em Campinas considerou procedente o lançamento e manteve o crédito tributário, com amparo no disposto no art. 442<sup>1</sup> do RIR/99 (repetição do artigo 38 do Decreto. 1.598/77), que tratava da exceção somente para as sociedades anônimas, não incluindo as sociedades limitadas no rol de beneficiados pela legislação.

---

<sup>1</sup> Art. 442. Não serão computadas na determinação do lucro real as importâncias, creditadas a reservas de capital, que o contribuinte com a forma de companhia receber dos subscritores de valores mobiliários de sua emissão a título de (Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 38):

I - ágio na emissão de ações por preço superior ao valor nominal, ou a parte do preço de emissão de ações sem valor nominal destinadas à formação de reservas de capital.

O Contribuinte teve o auto de infração confirmado em primeira instância, porém obteve êxito quando do seu recurso, que, após ser objeto de recurso especial no órgão, culminou com a vitória do Estado sobre o contribuinte, estando pendente apenas de julgamento de embargos de declaração, desde 2015.

O Ágio é um tema relevante no CARF. O volume de discussões e pedidos de esclarecimento sobre a matéria denotam uma significativa demanda por resoluções, sobretudo porque as autuações, do ponto de vista do empresário, significam uma alocação ineficiente dos recursos das empresas contribuintes, seja pelo pagamento de quantias exorbitantes de dinheiro, seja pela dedicação de tempo na elaboração de defesas, recursos estes que seriam melhores aplicados se voltados ao desenvolvimento de seus negócios.

Considerando que atualmente a maioria das decisões do CARF sobre ágio são desfavoráveis ao contribuinte<sup>2</sup>, evidente a necessidade de estudos mais aprofundados sobre o motivo dessas condenações, inclusive para sugestão de correções na forma de atuação dos agentes envolvidos no processo, não só pelo conteúdo da matéria em si, mas também pela proporção financeira que o problema pode alcançar. Veja-se que em apenas um dos casos, que é o analisado, a autuação supera a monta dos 20 (vinte) milhões de reais. Se considerado todo o acervo do CARF, esse é um tema que pode chegar a bilhões de reais que poderiam ser convertidos em investimentos dentro das empresas.

Nesse sentido, pretende-se destrinchar e avaliar os pormenores da decisão do caso em estudo, seus elementos e o direito aplicado, debruçando-se mais detidamente sobre o problema do ágio em subscrição de quotas e os impactos financeiros nas empresas. Deseja-se, com isso, entender a operação envolvendo ágio que gerou a autuação da Receita Federal, bem como se o julgamento do caso foi realizado de forma correta, considerando aspectos societários, contábeis, econômicos, tributários e constitucionais.

Neste trabalho serão analisados os impactos na tributação do Imposto de Renda sob a ótica da empresa investida, que teve as quotas adquiridas em emissão primária. Não se fará uma

---

<sup>2</sup> **Valor Econômico. Princípios Editoriais.** Maioria das decisões sobre ágio no Carf é contrária aos contribuintes. Brasília, 5 nov. 2018. Disponível em: <<https://www.valor.com.br/legislacao/5967101/maioria-das-decisoes-sobre-agio-no-carf-e-contraria-aos-contribuintes>>. Acesso em: 28 fev. 2018.

análise, até para que haja um estudo mais aprofundado, de outros tipos societários que não as sociedades por quotas de responsabilidade limitada.

Assim, O primeiro capítulo deste trabalho é a sua introdução, que detalha o problema de pesquisa e o seu objeto, delineando a importância dos pontos analisados e demonstrando seu recorte e a forma como o estudo foi conduzido.

O segundo capítulo do trabalho, por sua vez, conceituará o ágio e tratará da sua evolução na legislação brasileira, evidenciando os diversos pontos-chave de cada alteração e seus reflexos para os contribuintes.

O terceiro capítulo do trabalho consistirá no detalhamento do caso, concentrando-se na análise pormenorizada da decisão no processo de número 13899.002346/2003-88 do CARF. Nesse capítulo serão elencados os pontos motivadores das decisões em cada instância do processo.

O quarto capítulo examinará a operação realizada pelo contribuinte do ponto de vista contábil, demonstrando as formas determinadas pela norma contábil para registro do ágio. O objetivo é investigar a consequência financeira oriunda da diferenciação gerada entre sociedades limitadas e sociedades anônimas.

Após isso, no quinto capítulo, será avaliado o contexto de criação e evolução da norma que gerou o entendimento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, juntamente com uma análise do mercado de valores mobiliários e sua relação com a norma posta, assim como os elementos de distinção e aproximação dos tipos societários em debate para se identificar a necessidade ou não da diferenciação gerada pelo órgão.

No sexto capítulo, pretende-se averiguar a decisão do CARF à luz do direito constitucional. Inicialmente sob o prisma do princípio da igualdade, analisando a formação e justificativa da norma em si e os seus efeitos. Em seguida, analisar sob o viés da possibilidade de o Estado promover uma política extrafiscal no caso em análise.

Ao adentrar o sétimo capítulo, será realizado um estudo sobre a formação do lucro, tanto jurídico /contábil, quanto econômico, de modo a apurar a aplicação da norma sobre o lucro e os seus efeitos.

O oitavo capítulo do trabalho será dedicado a uma análise sob o viés econômico, os benefícios e/ou prejuízos decorrentes para a economia, para empresários e investidores e, até mesmo, para o Estado, características dos tipos societários analisados e suas participações no mercado.

Por fim, após identificados os impactos do entendimento do CARF, será avaliado, do ponto de vista da licitude, se a solução que vem sendo dada pelo mercado pode ser realizada ou há risco de autuação por parte dos órgãos responsáveis.



## 2 O ÁGIO, PATRIMÔNIO LÍQUIDO E A FORMAÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Não se pode avançar nesse trabalho sem que haja uma definição clara do conceito de ágio que se está sendo adotado para o presente estudo, já que toda a problemática do tema gira derredor da matéria, assim como será relevante o contexto de sua formação e evolução no direito, separando-se das definições contábeis para que haja a dissociação de qual deverá ser aplicado em cada hipótese.

Ágio é a diferença entre o real valor de um bem/ativo e o valor que é efetivamente pago por ele. No caso em estudo, falar-se-á de ágio na subscrição de quotas e de ações, decorrente do pagamento por quotas ou ações do capital social em um valor superior ao patrimonial da referida quota ou da ação<sup>3</sup>.

Luís Eduardo Schoueri<sup>4</sup>, ao tratar da formação do ágio, discorre:

*O ágio se forma quando uma empresa adquire participação relevante em outra sociedade, sujeitando-se, daí, ao método de equivalência patrimonial. [...] Na maioria das vezes, o valor pago na aquisição de ações não corresponde ao valor proporcional de seu patrimônio líquido, mas decorre de inúmeras negociações que se prolongam no tempo, nas quais diversos fatores, além do valor do acervo líquido da sociedade investida, acabam por determinar o preço de vendas das participações societárias. É possível, portanto, que o preço pago fique acima, ou abaixo, de seu valor patrimonial. Nesse caso, surgem os institutos do ágio e do deságio, correspondentes, nos termos da lei tributária, à diferença entre o valor patrimonial e o valor efetivamente pago pela participação societária.*

É possível representar o conceito de ágio trazido por Schoueri através da seguinte fórmula:

Ágio = CTa – PPPL, na qual:

CTa é o custo total de aquisição;

PPPL é o valor proporcional do patrimônio líquido.

<sup>3</sup> IUDÍCIBUS, Sérgio de. *et al. Manual de Contabilidade Societária*: Aplicável a todas as Sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC (2010). 3.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2018, p.216.

<sup>4</sup> SCHOUERI, Luís Eduardo. *Ágio em reorganizações societárias (aspectos tributários)*. São Paulo: Dialética, p.11/12.

Ressalte-se que existem diversos tipos de ágio, considerando-se para o presente trabalho o ágio da subscrição de quotas do ponto de vista da empresa investida. Mas um ponto que precisa ser entendido é: Por que existe o ágio ou por que empresas são adquiridas com ágio ao invés de se alocar todo o valor na subscrição das quotas? Esse é um tema que merece um trabalho apartado, mas que possui alguns vórtices, como é o caso em que os sócios originários desejam vender parte da empresa e capitalizá-la, mas, contudo, sem perder o seu controle ou seu poder político. Outro ponto bastante comum para a aquisição de quotas com ágio é o financeiro, na medida em que sócios investidores podem negociar percentuais e preços mais vantajosos em empresas que eles apostam que haverá um crescimento mais robusto e não correr o risco de ter que pagar um preço maior por aquele investimento no futuro.

## 2.1 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio líquido, por sua vez, é o produto da subtração entre os ativos da sociedade e os seus passivos, sendo o resultado dessa operação o patrimônio dos sócios/acionistas representados no balanço da empresa<sup>5</sup>.

A conta do patrimônio líquido é dividida em seis itens:

- a) **Reservas de Lucro:** feitas com destinação específica prevista em estatuto, assembleias, acordo de sócios ou contrato social;
- b) **Prejuízos Acumulados:** prejuízos obtidos ano após ano pela sociedade, no aguardo de compensação de acordo com as normas específicas;
- c) **Ações ou Quotas em Tesouraria:** participações societárias adquiridas pela própria empresa;
- d) **Ajustes de Avaliação Patrimonial:** conta de correção dos ativos e passivos avaliados a valor justo;
- e) **Capital Social:** formado por valores aportados pelos sócios/acionistas ou decorrentes de incorporação pela sociedade ou de renúncia de direitos, como os lucros incorporados ao capital;

---

<sup>5</sup> IUDÍCIBUS, Sérgio de. *et al. Manual de Contabilidade Societária*: Aplicável a todas as Sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC (2010). 3.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2018, p.379.

- f) **Reservas de Capital:** conta destinada ao trânsito de valores que não serão alocados como receita no resultado, já que oriundos de transação de capital com os sócios/acionistas.

Os itens, “e)” e “f)” serão adiante melhor detalhados, pois essenciais ao presente estudo de caso.

### 2.1.1 Capital Social

Sob a ótica contábil, o capital social é a quantia de dinheiro ou bens investidos na sociedade para formação do seu acervo. Compõe também o capital social o lucro objeto de renúncia dos sócios/acionistas para composição dessa conta<sup>6</sup>.

Do ponto de vista jurídico, capital social corresponde ao valor da participação dos sócios/acionistas na sociedade, podendo ser composto de diversas maneiras, dentre elas bens, crédito, dinheiro ou, como explicitado anteriormente, através da conversão da reserva de lucro da sociedade.

O capital social, no entanto, não se resume a números que vão compor o balanço da sociedade, possuindo diversas funções dentro da dinâmica empresarial. Para melhor compreensão, é preciso entender que o capital social se divide em duas formas: o capital nominal, sendo aquele expressamente determinado pelos sócios/acionistas no momento de constituição da sociedade; e o capital real, composto pelo acervo total de bens da sociedade, inclusive com bens, móveis e imóveis, empréstimos de sócios/acionistas à sociedade e, até mesmo, o ágio na subscrição de quotas/ações<sup>7</sup>.

Dentre as funções do capital social está a de garantir aos credores a composição do acervo da empresa, garantindo, inclusive, a separação normativa entre pessoas físicas e jurídicas, dando uma personalidade própria à sociedade, que poderá dispor daquele acervo para o seu desenvolvimento. Hoje já se discute a necessidade / relevância do capital social nas

---

<sup>6</sup> IUDÍCIBUS, Sérgio de. *et al.* **Manual de Contabilidade Societária:** Aplicável a todas as Sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC (2010). 3.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2018, p.380.

<sup>7</sup> HUBET, Ivens Henrique. Capital social. *In:* COELHO, Fábio Ulhôa (Coord.). **Tratado de direito comercial:** Introdução ao direito comercial: teoria geral das sociedades, v.1. São Paulo: Saraiva, 2015, p.382-383.

empresas, sobretudo com a banalização de institutos como o da desconsideração da personalidade jurídica, mas que não vêm ao caso na presente pesquisa.

Além disso, o capital social traz também uma função política dentro da sociedade, na medida em que as proporções de capital detidas por cada sócio/acionista vão lhes garantir uma gama de poderes e regular as relações entre todos<sup>8</sup>.

Feita sua subscrição pelos sócios/acionistas, estes definirão o momento de integralização do capital social. É nesse instante que há a transferência jurídica do patrimônio do sócio/acionista para o patrimônio da sociedade. É o momento em que o patrimônio é afetado para se destinar à sociedade, inclusive com previsão legal de que os valores, bens ou créditos somente poderão ser devolvidos aos sócios/acionistas em determinadas condições.

### 2.1.2 Receita

Ainda tratando dos temas de forma contábil, o Decreto 1.598/77, em seu artigo 12, atribuía como receita, antes da reforma de 2014, o produto das vendas de bens e o preço dos serviços prestados. Após a Lei 12.973/2014, que reformou parte do decreto, passou-se a incluir no rol de receitas o resultado obtido em operações de conta alheia e as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica<sup>9</sup>.

Além do artigo 12, que discrimina o que se enquadra como receita operacional, há o artigo 17<sup>10</sup> do referido decreto, que determina o que se enquadra como receita financeira.

---

<sup>8</sup> *Ibidem*, p.385-386.

<sup>9</sup> Art. 12. A receita bruta compreende:

I - o produto da venda de bens nas operações de conta própria;

II - o preço da prestação de serviços em geral;

III - o resultado auferido nas operações de conta alheia; e

IV - as receitas da atividade ou objeto principal da pessoa jurídica não compreendidas nos incisos I a III.

<sup>10</sup> Art 17. Os juros, o desconto, a correção monetária prefixada, o lucro na operação de reporte e o prêmio de resgate de títulos ou debêntures, ganhos pelo contribuinte, serão incluídos no lucro operacional e, quando derivados de operações ou títulos com vencimento posterior ao encerramento do exercício social, poderão ser rateados pelos períodos a que competirem.

Em ambos os casos, a definição da receita corresponde a valores obtidos através das atividades ou investimentos da sociedade. O Decreto ainda acrescenta, em seu artigo 31<sup>11</sup>, a possibilidade de ganho ou perda de capital decorrente de alienação de bens do ativo não circulante que façam parte do seu rol de investimentos, imobilizados ou intangíveis.

Ao Analisar o Pronunciamento Técnico de número 30 (vigente de 2009 a 2016), do CPC (Comitê de Pronunciamento Contábeis), este, em seu item 7<sup>12</sup>, exclui do conceito de receita os valores que aumentam o patrimônio líquido da empresa que são de origem de contribuição dos proprietários. Esse ponto é de extrema importância ser observado, na medida em que as melhores práticas contábeis já excluem do conceito de renda e de receita o valor da contribuição dos sócios, nesse podendo ser incluído, inclusive, o ágio na subscrição de quotas. Mas por que isso seria relevante? A tributação analisada no presente estudo é o Imposto de Renda, que incide especificamente sobre os aspectos definidos na legislação específica que também define, para fins tributários, o que é renda.

Já em 2008, ao julgar o processo de número 13055.000085/2003-93, da Primeira Turma Especial, o relator, Conselheiro Belchior Melo de Souza, traz de forma detalhada o conceito de receita, da seguinte forma:

*Para não deixar em superfície tão rasa a exploração dessa matéria, esforço-me para capturar as proposições judiciosas, fruto de percuente busca do conteúdo e alcance do conceito de receita e, no âmbito, de receitas auferidas, pelo ex-Conselheiro José Antônio Minatel.*

*Concebe ele ser “receita qualificada pelo ingresso de recursos financeiros no patrimônio de pessoa jurídica, em caráter definitivo, proveniente dos negócios jurídicos que envolvam o exercício de atividade empresarial, que corresponde à contraprestação pela venda de mercadorias, pela prestação de serviços, assim como pela remuneração de investimentos ou pela cessão onerosa e temporária de bens e direitos a terceiros, aferido instantaneamente pela contrapartida que remunera cada um desses eventos.”*

*Note-se que o conceito aí expandido é, segunda a expressão cunhada por Marco Aurélio Greco, jurídico-substancial, e se descola em várias de suas partes da tessitura técnico-contábil, atrás vista. Vejo-o como uma concepção sistêmica, estruturante, de tal forma que a combinação dinâmica de suas partes tem a aptidão de determinar a natureza jurídica dos mais variados fatos econômicos pertinentes à vida da empresa*

<sup>11</sup> Art. 31. Serão classificados como ganhos ou perdas de capital, e computados na determinação do lucro real, os resultados na alienação, inclusive por desapropriação (§4º), na baixa por perecimento, extinção, desgaste, obsolescência ou exaustão, ou na liquidação de bens do ativo não circulante, classificados como investimentos, imobilizado ou intangível.

<sup>12</sup> Receita é o ingresso bruto de benefícios econômicos durante o período observado no curso das atividades ordinárias da entidade que resultam no aumento do seu patrimônio líquido, exceto os aumentos de patrimônio líquido relacionados às contribuições dos proprietários.

*e suscetíveis de escrituração contábil, de sorte a identificar seu ajuste à regra-matriz de incidência da contribuição para o PIS/Pasep.*

*Decompondo o conceito em frases negativas, conforme suas partes, ou seja, não ocorrendo qualquer um dos eventos dele componentes, não se configurará auferimento de receita.*

O conceito de receita estabelecido nesse julgamento, inclusive, embasa os demais julgamentos do CARF até os dias atuais.

Sendo assim, para o próprio CARF, receita é, na verdade, toda entrada decorrente de uma atividade da sociedade, não se enquadrando, portanto, aportes de capitais realizados pelos sócios.

Em ambos os casos, normas contábeis e legislação tributária, não há a inserção da contribuição dos sócios como receita ou renda, o que será auferido mais abaixo, quando da análise da legislação específica do Imposto de Renda. Dessa forma, inserir-se-á na discussão outro elemento, que é: não sendo receita / renda, o ágio poderia ser tributado?

### 2.1.3 Reservas de Capital

As reservas de capital, previstas no artigo 182, §1º, da Lei 6.404/76<sup>13</sup> – Lei das S/A, são valores que ingressam na sociedade, mas não transitam como receita da empresa, haja vista destinarem-se a reforçar o capital da sociedade, e não a uma prestação desta com os sócios. Além do ágio na subscrição de ações, ingressam nessa conta outros valores decorrentes da relação sócio x sociedade<sup>14</sup>:

- a) Reserva Especial de Ágio na Incorporação;
- b) Alienação de partes beneficiárias;
- c) Alienação de bônus de subscrição.

<sup>13</sup> Art. 182. A conta do capital social discriminará o montante subscrito e, por dedução, a parcela ainda não realizada.

§ 1º Serão classificadas como reservas de capital as contas que registrarem:

14 IUDÍCIBUS, Sérgio de. et al. Manual de **Contabilidade Societária**: Aplicável a todas as Sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC (2010). 3.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2018, p.383/384

Ressalte-se que os valores alocados na conta de reservas de capital não podem ter qualquer destinação e estão limitados pelo artigo 200 da Lei das S/A<sup>15</sup>.

No tocante às aquisições com ágio, trata-se de situação corriqueira, sobretudo no mundo empresarial, na qual a todo momento investidores entram e saem de empresas ou são realizadas fusões (no sentido amplo da palavra, englobando incorporações e ou outras operações de aquisição) entre as empresas e as pessoas dos sócios/acionistas.

Cite-se como exemplo uma empresa que tenha como capital social o valor de R\$200.000,00 (duzentos mil reais), representado através de 200.000 (duzentas mil) quotas, no valor de R\$1,00 (um real) cada, e cujo Patrimônio Líquido seja igual ao capital social: R\$200.000,00 (duzentos mil reais). Suponha que um investidor, depois de algumas negociações, resolva comprar 50% (cinquenta por cento) da participação societária desta empresa, através da emissão e subscrição de 200.000 (duzentas mil) cotas, cujo valor nominal é de R\$1,00 (um real) cada.

Se o valor negociado por cota não for de R\$1,00 (um real) e, portanto, para adquirir 50% (cinquenta por cento) da participação acionária o investidor, em vez de pagar R\$200.000,00 (duzentos mil reais), tiver de pagar R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), por exemplo, a diferença de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) dessa aquisição será justamente o ágio da operação, que deverá ser representado nos livros contábeis da sociedade.

O inverso da situação é o deságio, que ocorrerá sempre que o valor pago pelas ações for inferior ao seu valor nominal. Contudo, o instituto do deságio não será aprofundado, pois não constitui objeto do presente trabalho.

Ressalte-se que a majoração do preço da cota ou ação pode decorrer de diversos motivos, dentre os quais: expectativa de aumento futuro do valor da quota/ação, justificando o

---

<sup>15</sup> Art. 200. As reservas de capital somente poderão ser utilizadas para:

I - absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros (artigo 189, parágrafo único);

II - resgate, reembolso ou compra de ações;

III - resgate de partes beneficiárias;

IV - incorporação ao capital social;

V - pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada (artigo 17, §5º).  
Parágrafo único. A reserva constituída com o produto da venda de partes beneficiárias poderá ser destinada ao resgate desses títulos.

investimento naquela empresa; aumento da fatia de mercado, com o fim de consolidar uma marca/empresa ou reduzir/eliminar a concorrência; e mesmo outros motivos de ordem não econômica.

Além do conceito de ágio e da formação do patrimônio líquido, é relevante para o presente estudo a análise da condução da matéria pelo legislador ao longo do tempo, em especial ao tratar de institutos cujo conceito também são atribuídos a outras áreas do conhecimento, a exemplo da contabilidade.

## 2.2 CONTABILIDADE X DIREITO

A discussão sobre a interferência do Direito em outras áreas, e vice-versa, não é recente e perpassa por diversos campos do conhecimento. Em que pese o direito possuir o seu próprio fechamento operacional, não deixa de considerar outros sistemas não jurídicos para concepção de suas normas, recebendo a influência de diversas outras áreas do conhecimento, como é o caso da contabilidade.

Contudo, o Direito apenas considera efetivamente como norma aquela que foi formada dentro do seu sistema jurídico (autorreprodução), negando referência às normas criadas fora daquele ordenamento (autorreferencialidade)<sup>16</sup>.

No caso específico do Direito Tributário, considerando que este pretende taxar fatos oriundos da economia, registrados através da contabilidade, é natural e imprescindível que haja uma maior linha de comunicação entre as referidas áreas do conhecimento e o Direito<sup>17</sup>.

O Ágio, para a contabilidade, é definido como a diferença positiva na aquisição de ativos e passivos da sociedade, avaliados a valor justo, conforme determinado pelo

---

<sup>16</sup> FONSECA, Fernando Daniel de Moura; LIMA, Daniel Serra. A Relação entre os Conceitos Jurídico e Contábil de Ágio antes e depois da Reforma da Lei das S/A: o problema da interdisciplinariedade no Direito Tributário. In: MANEIRA, Eduardo; SANTIAGO, Igor Mauler (Coord.); LIMA, Daniel Serra; FONSECA, Fernando Daniel de Moura (Org.). **O ágio no Direito Tributário e Societário: questões atuais**. 1.ed. São Paulo: Quartier Latin, 2015, p.45-46.

<sup>17</sup> FONSECA, Fernando Daniel de Moura; LIMA, Daniel Serra. A Relação entre os Conceitos Jurídico e Contábil de Ágio antes e depois da Reforma da Lei das S/A: o problema da interdisciplinariedade no Direito Tributário. In: MANEIRA, Eduardo; SANTIAGO, Igor Mauler (Coord.); LIMA, Daniel Serra; FONSECA, Fernando Daniel de Moura (Org.). **O ágio no Direito Tributário e Societário: questões atuais**. 1.ed. São Paulo: Quartier Latin, 2015, p.45-46.



Pronunciamento Técnico de Número 15 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que adequa a contabilidade brasileira ao *International Financial Reporting Standards* – IFRS 3, que trata da combinação de negócios<sup>18</sup>.

Ademais, a partir do item 32<sup>19</sup> de seu texto, o referido parecer técnico traz uma série de critérios nesse cálculo, devendo considerar a diferença entre A e B, sendo A: Soma do valor pago pelo controle da adquirida, de acordo com valor justo, acrescida das participações de não controladores e, ainda, outros fatores quando se tratar de *step acquisition*, no qual o adquirente deve realizar a mensuração da sua participação anterior e calcular o ganho sobre a operação de acordo com o montante total; e B o valor líquido dos ativos identificáveis e passivos assumidos na data da aquisição.

Ou seja, as quotas/ações anteriormente adquiridas passam por uma nova avaliação e verifica-se se, até aquele momento, já houve alguma espécie de valorização na participação pré-existente do adquirente do controle<sup>20</sup>. Existem ainda os casos em que há plano de *stock options* ofertados dentro da companhia e que obedecem a um critério de avaliação diferenciado, acatando o Parecer Técnico de número do 10 do Comitê de Pronunciamentos contábeis.

A título exemplificativo da forma de registro contábil do ágio, tem-se o seguinte<sup>21</sup>:

Holding S/A. adquiriu em 1o-1-20X1 60% das ações do capital social da Subsidiária S/A. pelo valor total de \$ 160.000. O patrimônio líquido da Subsidiária S/A. teve a seguinte evolução nos exercícios sociais de 20X1 e de 20X2.

• Saldo em 1o-1-20X1	140.000
----------------------	---------

<sup>18</sup> ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Contabilidade avançada**: de acordo com as exigências do MEC para o curso de Ciências Contábeis: textos, exemplos e exercícios resolvidos. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2013, p.53

<sup>19</sup> 32. O adquirente deve reconhecer o ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), na data da aquisição, mensurado pelo montante que (a) exceder (b) abaixo:

(a) a soma:

(i) da contraprestação transferida em troca do controle da adquirida, mensurada de acordo com este Pronunciamento, para a qual geralmente se exige o valor justo na data da aquisição (ver item 37);

(ii) do montante de quaisquer participações de não controladores na adquirida, mensuradas de acordo com este Pronunciamento; e

(iii) no caso de combinação de negócios realizada em estágios (ver itens 41 e 42), o valor justo, na data da aquisição, da participação do adquirente na adquirida imediatamente antes da combinação;

(b) o valor líquido, na data da aquisição, dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos, mensurados de acordo com este Pronunciamento.

<sup>20</sup> COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1). Combinação de Negócios. Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 3 (IASB – BV 2011). Disponível em: <[http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/235\\_CPC\\_15\\_R1\\_rev%2004.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/235_CPC_15_R1_rev%2004.pdf)>. Acesso em: 3 nov. 2018.

<sup>21</sup> ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Contabilidade avançada**: de acordo com as exigências do MEC para o curso de Ciências Contábeis: textos, exemplos e exercícios resolvidos. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2013, p.53

• Prejuízo apurado em 20X1	(15.000)
• Saldo em 31-12-20X1	125.000
• Lucro apurado em 20X2	35.000
• Dividendos declarados em 31-12-20X2	(30.000)
• Saldo em 31-12-20X2	130.000

Em 1o-1-20X1, por ocasião da negociação da compra das ações, os seguintes ativos da Subsidiária S/A. estavam com seu valor justo diferente de seu valor contábil:

		Valor Justo \$	Valor Contábil \$	Diferença \$
Estoques		74.000	72.000	(A) 2.000
Instalações		90.000	50.000	(B) 40.000
Terrenos		128.000	90.000	(C) 38.000
	Total	292.000	212.000	80.000

(A) Os estoques foram integralmente vendidos em 20X1.

(B) As instalações têm prazo de vida útil restante de cinco anos, tomando como data-base 1o-1-20X1.

(C) Os terrenos não foram alienados até 31-12-20X2.

Cálculo do valor do ágio:

- Valor pago pela aquisição das ações de emissão da Subsidiária S/A.  
**160.000**
- Valor contábil patrimonial proporcional ao montante adquirido das ações ( $\$ 140.000 \times 60\% = \$ 84.000$ );  
**(84.000)**
- Valor pago em excesso ao valor patrimonial das ações  
**76.000**
- Parcela atribuída à diferença entre o valor justo e o valor contábil dos ativos da Subsidiária S/A.:
  - Estoques ( $\$ 2.000 \times 60\% = \$ 1.200$ )  
**(1.200)**
  - Instalações ( $\$ 40.000 \times 60\% = 24.000$ )  
**(24.000)**
  - Terrenos ( $\$ 38.000 \times 60\% = 22.800$ )  
**(22.800)**
- Parcela atribuível ao ágio  
**(28.000)**

Algumas alterações legislativas foram feitas no sentido de aproximar o tratamento jurídico do tratamento contábil sob diversos aspectos, inclusive o ágio. Uma dessas alterações foi realizada em 2007, através da lei 11.638/07, que realizou uma série de alterações na Lei 6.404/76 para adequação ao IFRS, inclusive para melhorar a comunicação empresarial com investidores e demais empresas no cenário internacional, alterações essas que são oriundas do projeto de Lei. 3.741/2000<sup>22</sup>.

<sup>22</sup> COELHO, Sacha Calmon Navarro; COELHO, Eduardo Junqueira. O Conceito Tributário de Ágio Previsto no Decreto-Lei 1.598/77 e os Requisitos para sua Amortização com Base no Art. 7º da Lei 9.532/1997. In: MANEIRA, Eduardo; SANTIAGO, Igor Mauler (Coord.). (Org.). **O ágio no Direito Tributário e Societário: questões atuais**. São Paulo: Quartier Latin, 2015, p.69.

A própria carta de encaminhamento do projeto de Lei. 3.741/2000 estabelece que o objetivo da proposição é de simplificar e adequar os conceitos às normas internacionais. Contudo, estabelece conceito próprio para tratamento do ágio em combinação de negócios, demonstrando que a separação permanece.

Nesse sentido, convém esclarecer que, como dito acima, o Ágio vem sofrendo regulação de forma apartada da contabilidade há muito tempo, desde antes da atual Constituição Federal. Contabilmente falando, o ágio é um ingresso de capital inesperado, que não corresponde ao patrimônio existente da sociedade, na seara jurídica, além da aquisição mediante preço superior ao valor patrimonial.

A definição de ágio na forma jurídica, assim como seu impacto no imposto de renda veio com o Decreto 1.598/77, introduziu severas modificações à legislação do imposto de renda, separando de forma definitiva o tratamento contábil e o tratamento jurídico<sup>23</sup>. Foi introduzido pelo Decreto havendo legislação específica contendo aspectos jurídicos do ágio, assim como a legislação do imposto de Renda, Decreto 3.000/99 e o Novo Regulamento do Imposto de Renda, Decreto. 9.580/18, que estabelecem as formas de apuração do lucro real e do lucro líquido e as possibilidades de registro, apuração e amortização do ágio.

Com isso, identifica-se que a regência do ágio se dá pela norma jurídica, e não pela norma contábil. Isso, todavia, não impede que o legislador se utilize da incorporação de conceitos da norma contábil ou da técnica do Reenvio, que se dá quando a norma jurídica remete à norma técnica (contábil) para delimitação do fato contábil como jurídico e aplicação da norma de tributação<sup>24</sup>.

## 2.3 EVOLUÇÃO DO ÁGIO

---

<sup>23</sup> FONSECA, Fernando Daniel de Moura; LIMA, Daniel Serra. A Relação entre os Conceitos Jurídico e Contábil de Ágio antes e depois da Reforma da Lei das S/A: o problema da interdisciplinariedade no Direito Tributário. In: MANEIRA, Eduardo; SANTIAGO, Igor Mauler (Coord.); LIMA, Daniel Serra; FONSECA, Fernando Daniel de Moura (Org.). **O ágio no Direito Tributário e Societário: questões atuais**. 1.ed. São Paulo: Quartier Latin, 2015, p.45-46.

<sup>24</sup> FONSECA, Fernando Daniel de Moura; LIMA, Daniel Serra. A Relação entre os Conceitos Jurídico e Contábil de Ágio antes e depois da Reforma da Lei das S/A: o problema da interdisciplinariedade no Direito Tributário. In: MANEIRA, Eduardo; SANTIAGO, Igor Mauler (Coord.); LIMA, Daniel Serra; FONSECA, Fernando Daniel de Moura (Org.). **O ágio no Direito Tributário e Societário: questões atuais**. 1.ed. São Paulo: Quartier Latin, 2015, p.53.

O Ágio vem sofrendo mudanças legislativas ao longo dos anos. Quando da edição da lei das S/A, em 1976, em que pese tivesse sido estabelecidos métodos de avaliação por equivalência patrimonial das participações em sociedades, restou uma brecha na norma justamente sobre como se daria a contabilização dos valores pagos que excedessem a parcela do valor patrimonial<sup>25</sup>.

Após isso, veio o Decreto-lei 1.598/77, que alterava a Legislação do Imposto de Renda e passava a regular o ágio na aquisição de sociedades controladas e coligadas, tratando dos desdobramentos do custo de aquisição entre o valor do patrimônio líquido e o ágio e deságio que correspondiam à diferença entre o valor de aquisição e o patrimônio líquido da companhia, e flexibilizava ao contribuinte justificar o ágio com base em rentabilidade futura, fundo de comércio e bens intangíveis e outras razões econômicas, mas sem a sua dedutibilidade.

De 1977 até a edição da Lei 12.973/2014<sup>26</sup>, existia uma diferença precípua no ágio jurídico e no contábil, que era a necessidade de pré-avaliação do patrimônio líquido a valor justo, exigido pela contabilidade<sup>27</sup>.

Em 1997 foi editada a Lei 9.532<sup>28</sup>, que passou a permitir a amortização do ágio de forma antecipada, em até 60 (sessenta) meses, nos casos em que tivesse sido gerado em

---

<sup>25</sup> COELHO, Sacha Calmon Navarro; COELHO, Eduardo Junqueira. O Conceito Tributário de Ágio Previsto no Decreto-Lei 1.598/77 e os Requisitos para sua Amortização com Base no Art. 7º da Lei 9.532/1997. In: MANEIRA, Eduardo; SANTIAGO, Igor Mauler (Coord.). (Org.). **O ágio no Direito Tributário e Societário: questões atuais**. São Paulo: Quartier Latin, 2015, p.77/78.

<sup>26</sup> BRASIL. Lei nº 12.973, de 13 de maio de 2014. Altera a legislação tributária federal relativa ao Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas - IRPJ, à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL, à Contribuição para o PIS/Pasep e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins; revoga o Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009; dispõe sobre a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas; altera o Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977 e as Leis nºs 9.430, de 27 de dezembro de 1996, 9.249, de 26 de dezembro de 1995, 8.981, de 20 de janeiro de 1995, 4.506, de 30 de novembro de 1964, 7.689, de 15 de dezembro de 1988, 9.718, de 27 de novembro de 1998, 10.865, de 30 de abril de 2004, 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003, 12.865, de 9 de outubro de 2013, 9.532, de 10 de dezembro de 1997, 9.656, de 3 de junho de 1998, 9.826, de 23 de agosto de 1999, 10.485, de 3 de julho de 2002, 10.893, de 13 de julho de 2004, 11.312, de 27 de junho de 2006, 11.941, de 27 de maio de 2009, 12.249, de 11 de junho de 2010, 12.431, de 24 de junho de 2011, 12.716, de 21 de setembro de 2012, e 12.844, de 19 de julho de 2013; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 14 mai. 2014.

<sup>27</sup> COELHO, Sacha Calmon Navarro; COELHO, Eduardo Junqueira. O Conceito Tributário de Ágio Previsto no Decreto-Lei 1.598/77 e os Requisitos para sua Amortização com Base no Art. 7º da Lei 9.532/1997. In: MANEIRA, Eduardo; SANTIAGO, Igor Mauler (Coord.). (Org.). **O ágio no Direito Tributário e Societário: questões atuais**. São Paulo: Quartier Latin, 2015, p.79.

<sup>28</sup> BRASIL. Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997. Altera a legislação tributária federal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 dez. 1997.

aquisições de participações societárias, nos casos de coligadas e controladas e quando das absorções delas por transações societárias como fusão e incorporação<sup>29</sup>.

O conceito contábil do ágio passou por severas mudanças com o advento da Lei 11.638/2007<sup>30</sup>, passando a diferenciar mais valia de ativos líquidos e o valor de patrimônio líquido de ativos e passivos, que passaram a ter de ser avaliados por valor justo e de mercado, e também o ágio por rentabilidade futura, que passou a ter apenas caráter residual<sup>31</sup>.

Por fim, em 2014, foi editada a Lei 12.973, que estabeleceu um novo regime jurídico para o ágio, limitando sua amortização aos casos de rentabilidade futura. Além disso, fixou uma obrigatoriedade de alocação de recursos do custo de aquisição, obedecendo a ordem de, primeiro mensurar os ativos e passivos identificados para, a posteriori, o *goodwill* ou a compra vantajosa (deságio)<sup>32</sup>.

---

<sup>29</sup> COELHO, Sacha Calmon Navarro; COELHO, Eduardo Junqueira. *Op. cit.*, p.86.

<sup>30</sup> BRASIL. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 dez. 2007.

<sup>31</sup> COELHO, Sacha Calmon Navarro; COELHO, Eduardo Junqueira. *Op. cit.*, p.83/84.

<sup>32</sup> COELHO, Sacha Calmon Navarro; COELHO, Eduardo Junqueira. O Conceito Tributário de Ágio Previsto no Decreto-Lei 1.598/77 e os Requisitos para sua Amortização com Base no Art. 7º da Lei 9.532/1997. In: MANEIRA, Eduardo; SANTIAGO, Igor Mauler (Coord.). (Org.). **O ágio no Direito Tributário e Societário: questões atuais**. São Paulo: Quartier Latin, 2015, p.90/92.

### 3 SÍNTESE DO CASO A SER ANALISADO

Neste capítulo serão abordados os principais pontos do processo em análise, para que se entenda a motivação de cada julgador e as fundamentações utilizadas a justificar a autuação, reversão e o retorno da decisão de primeiro grau. Trata-se um processo em que não houve unanimidade entre os julgadores, o que demonstrará que o tema não é pacífico dentro do próprio órgão.

O julgamento do recurso especial no processo administrativo de número 13899.002346/2003-88, que gira em torno de impugnação a crédito supostamente devido em função da reserva de ágio na aquisição de quotas de uma sociedade limitada, é o escopo central do tema objeto do presente estudo. Dessa forma, faz-se necessária a síntese da autuação e das decisões proferidas no referido processo, destacando seus principais elementos, que servirão de base para o estudo da reserva de ágio e sua aplicação.

#### 3.1 O AUTO DE INFRAÇÃO

O processo administrativo originário, de número 13899.002346/2003-88, gira em torno de impugnação a crédito no valor de R\$22.064.867,06 (vinte e dois milhões, sessenta e quatro mil, oitocentos e sessenta e sete reais e seis centavos), supostamente devido pela empresa C.P.M COMUNICAÇÕES, em função de reserva ágio na aquisição de quotas de sociedade limitada.

A empresa aumentou o seu capital social de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) para R\$40.000.000,00 (quarenta milhões de reais), mediante a emissão de 20.000.000 (vinte mil) quotas resgatáveis classe B, com preço de R\$5,00 (cinco reais) cada uma, sendo R\$1,00 (um real) destinado ao capital social e R\$4,00 (quatro reais) correspondentes ao ágio na emissão de quotas. O total de R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais) foi destinado à formação de reserva de ágio na emissão de quotas, conforme alteração contratual.

Segundo a Fazenda, a contribuinte deixou de adicionar à base de cálculo do imposto de renda a reserva de ágio relativa à aquisição de quotas no valor de R\$80.000.000,00 (oitenta milhões de reais), além de despesa de R\$20.457.733,28 (vinte milhões, quatrocentos e cinquenta e sete mil, setecentos e trinta e três reais e vinte e oito centavos), relativa a juros sobre

capital próprio. A lavratura do auto de infração teria se amparado nos artigos 249, 442 e 347 do então RIR/99.

A Delegacia de Julgamento da Receita Federal em Campinas considerou procedente o lançamento e manteve o crédito tributário, com amparo no disposto no art. 442<sup>33</sup> do RIR/99, que falava em isenção somente para as sociedades anônimas, mas não para as limitadas.

### 3.2 RECURSO VOLUNTÁRIO DO CONTRIBUINTE

Após a decisão da Delegacia de Julgamento da Receita Federal, foi interposto recurso voluntário por parte do contribuinte, autuado sob o número 164.528, de 12 de maio de 2009. O Referido recurso, em seu julgamento, teve a seguinte ementa:

O recurso foi julgado por maioria da Primeira Seção de Julgamento do CARF, dando provimento parcial ao recurso voluntário interposto, entendendo pela exclusão da exigência de adição do ágio da aquisição de quotas de sociedades limitadas à base de cálculo do Imposto de Renda, sob o argumento de que a interpretação do artigo 442 do RIR/99 não deveria ocorrer de forma literal, restringindo a não incidência do imposto de renda exclusivamente para as sociedades anônimas. O trecho da decisão demonstra o entendimento do voto vencedor, proferido pelo então conselheiro Guilherme Adolfo dos Santos Mendes.<sup>34</sup>

---

<sup>33</sup> Art. 442. Não serão computadas na determinação do lucro real as importâncias, creditadas a reservas de capital, que o contribuinte com a forma de companhia receber dos subscritores de valores mobiliários de sua emissão a título de (Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 38):

I - ágio na emissão de ações por preço superior ao valor nominal, ou a parte do preço de emissão de ações sem valor nominal destinadas à formação de reservas de capital;

<sup>34</sup> Podemos claramente perceber que não há na lei do imposto de renda uma estipulação, por assim dizer, completa do lucro real. A princípio, a base de cálculo do imposto de renda é o próprio lucro comercial, isto é, o resultado positivo da atividade das empresas em conformidade com a legislação comercial.

Nada obstante, em razão das diferenças entre o regime jurídico de direito privado e o regime de direito público tributário, a lei fiscal pode estabelecer diversidade de tratamento em relação aos mais variegados fatos passíveis de integrar um e outro lucro.

Nesse caso, porém, a lei fiscal não é exaustiva. Ela se limita a prescrever o que possuir tratamento diferente do regido pelo direito comercial.

O lucro apurado segundo as regras comerciais apresenta propósito diverso daquele estipulado como base de cálculo do imposto sobre a renda. No primeiro caso, o lucro tem a finalidade de aferir a parcela do resultado da empresa a que tem direito seus sócios; no segundo, a de- dimensionar o fato jurídico tributário de a empresa— auferir-renda nova em razão disso, por exemplo, os dividendos recebidos de outras pessoas jurídicas devem compor o lucro comercial, mas não o lucro real. Como a definição da base de cálculo do imposto de renda parte da definição do lucro comercial, os dividendos devem então ser tratados como uma exclusão pela legislação tributária

O Voto vencido, de autoria do Conselheiro Antônio Bezerra Neto, expôs que há diferença no tratamento entre as sociedades e, por conseguinte, não haveria possibilidade de conferir a estas tratamento isonômico<sup>35</sup>, sobretudo diante da clareza da norma ao conceder o tratamento diferenciado apenas para as sociedades anônimas.

---

Desse modo, para a correta compreensão do regime jurídico a que estão submetidos os diversos fatos econômicos praticados pelas empresas, o percurso de interpretação deve principiar pela sua disciplina comercial para depois ser verificado se há tratamento diverso pela lei tributária.

Se um fato deve compor o lucro comercial e a lei do imposto de renda nada sobre ele prescreve, então deverá também compor a base de cálculo desta exação. De igual turno, se não deve compor o lucro comercial e a lei do imposto de renda também for silente, a mesma sorte terá, isto é, não deverá compor o lucro real.

**Fixadas essas premissas, devemos perquirir qual é o tratamento comercial do ágio na aquisição de quotas de capital das sociedades limitadas.**

[...]

Esses dispositivos são suficientes, no meu entender, para afirmar que tais valores não devem transitar por contas de resultado e, com isso, não devem compor o lucro comercial. Reforça ainda mais esse meu entendimento ao verificarmos que a Lei das SA disciplina minuciosamente os itens que devem compor a apuração do resultado do exercício sem qualquer menção ao ágio. Desse modo, o ágio na aquisição de quotas de capital das sociedades de responsabilidade limitada devem ter o mesmo tratamento, ou seja, não devem compor o resultado comercial do exercício.

Assim, para integrarem o lucro real seria necessário que a lei do imposto de renda expressamente estipulasse uma adição. No entanto, não há qualquer dispositivo nesse sentido.

[...]

Concluir em sentido oposto sob o fundamento de que a lei sempre exerce função inovadora da ordem jurídica é não compreender as múltiplas funções que estão à disposição do discurso do legislador.

**Pior é concluir que, se a lei autoriza a exclusão num caso (sociedades anônimas), então proíbe nos demais (dentre os quais, os praticados pelas sociedades de responsabilidade limitada), pois implica exigir tributo com base em "sentidos implícitos."**

Por força do ditame da estrita legalidade tributária, tributo deve sempre ser estabelecido por dicção legal expressa em relação a todos os critérios compositivos da regra de incidência tributária, dentre os quais, a base de cálculo. (grifos nossos)

<sup>35</sup> Com referência à essa matéria, a recorrente opõe-se à interpretação dada ao art. 442, inciso I do RIR199, pelos seguintes motivos:

**- por entendê-la literal e dissociada das demais normas do ordenamento jurídico.**

- diferencia capital e renda, afirmando que o capital ingressado escapa à possibilidade de inclusão no conceito doutrinário de rendimento, uma vez que não pode ser tido como provento de qualquer natureza, porque acarreta a contrapartida de um dever ou encargo da pessoa jurídica perante seus sócios.

- o Acórdão recorrido para chegar a tal conclusão recaiu em contradição, ora aduzindo que o valor incorporado ao capital social da Recorrente possui, de fato, a natureza de ágio na emissão de quotas, ora afirmando que referido valor não se trata de ágio, na medida em que não se cogita de ágio na subscrição do aumento de capital social.

- o próprio art. 442 do RIR199 confirma a não tributação. Este dispositivo, ao tratar expressamente do ágio de ações, afasta sua tributação quando o valor não puder ser creditado a reserva de capital, hipótese em que terá transitado por resultado. Já com referência ao ágio na subscrição de quotas, dada sua natureza, deve necessariamente ser creditado à conta de reserva de capital

Como se vê, a recorrente reitera os argumentos trazidos anteriormente na impugnação e plenamente rebatidos pela decisão de piso, com exceção de apontar uma contradição na decisão de piso.

No que concerne a essa suposta contradição não assiste razão à recorrente. É que a recorrente confunde o conceito de fazer referência a algo, ou seja, de meramente acessar ou apontar um "objeto" (indicação da "natureza de ágio" na emissão de quotas), com a pretensão de levantar uma verdade — afirmar que referido valor não se trata de ágio, pois se dá em sociedade de quotas limitadas e não de Sociedades Anônimas.

**A recorrente, em seu principal argumento, afirma também que aquele dispositivo foi interpretado literalmente, sem considerar as demais normas que integram o ordenamento jurídico e, em matéria**



Dessa forma, o contribuinte obteve reforma da decisão em relação ao ágio, pelos argumentos acima expostos, justamente no sentido de afirmar que a legislação também se aplicaria às sociedades limitadas, e não apenas às sociedades anônimas, por definição expressamente legal.

### 3.3 RECURSO ESPECIAL

Diante da reforma da decisão, o fisco ingressou com o recurso especial do caso, através da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN, no dia 7 de outubro de 2014, cujo acórdão foi julgado pelos Conselheiros Otacílio Dantas Cartaxo (Presidente), Marcos Aurélio Pereira Valadão (Relator), Valmir Sandri (Voto de Divergência), Valmar Fonseca de Menezes, Karem Jureidini Dias, Jorge Celso Freire da Silva, Antônio Lisboa Cardoso (Suplente Convocado), Rafael Vidal de Araújo, Marcelo de Assis Guerra (Suplente Convocado) e Paulo Roberto Cortez (Suplente Convocado), justificada a ausência do Conselheiro João Carlos de Lima Júnior.

O argumento vencedor trazido pela PGFN foi a regra então prevista no artigo 442 do Decreto-lei 3.000/99, que repetia o disposto no artigo 38 do Decreto-lei 1.598/77, assim como em outros dispositivos de legislação concernente ao ágio: de que somente sociedades por ações/sociedades anônimas poderiam alocar o ágio da subscrição de ações na conta de reservas de capital para posterior aproveitamento.

---

**tributária, limitam a incidência do imposto de renda às hipóteses em que haja acréscimo patrimonial, originário de renda ou proventos.**

**O que a recorrente não percebe é que não se cogita de maior oferta, e por consequência de ágio, na subscrição do aumento de capital social, em sociedade de quotas limitadas, assim como ocorre nas Sociedades Anônimas. E, sendo assim, distintas as ocorrências, descabe a invocação de tratamento isonômico com a Lei das S.A.**

Outrossim, o art. 442 do RIR/99 é bastante claro quando exclui da tributação apenas o ágio na emissão de ações, de títulos e valores imobiliários, com a forma de companhia, ficando de fora dessa exclusão, portanto, a subscrição de quotas de sociedades limitadas (argumento a contrário senso).

Na sociedade de quotas limitadas a subscrição de capital tem seu valor fixado previamente e os sócios têm preferência pelo valor assim definido, concorrendo para ele na proporção da sua participação atual, o que torna inconciliável o aumento de capital com a ocorrência de ágio. Este apenas tem lugar quando o aumento de capital é deliberado em função das unidades em que ele se subdivide, o que somente é possível nas sociedades por ações. (grifos nossos)

De modo que o mesmo não se aplicaria às sociedades por quotas, limitadas. Esse foi o entendimento do relator do caso, como pode ser descrito através de excerto do acórdão na nota de rodapé<sup>36</sup>.

Sobre o caso, houve divergência de voto do julgador Valmir Sandri que, como argumento, trouxe alguns elementos para o caso, como a forma de apuração do lucro e as disposições de cálculo do Imposto de Renda de acordo com o Decreto-lei 1.598/77<sup>37</sup>, devendo o Lucro Líquido ser apurado de acordo com a legislação comercial.

---

<sup>36</sup> A questão é que tudo que é tributável pela lei tributária (variação patrimonial positiva) não pode ser afastado da tributação pela lei comercial ou pela mera aplicação de feita pelo legislador que, pelo princípio da legalidade estrita, deve ser seguida, mesmo porque ao mesmo resultado se chega pela aplicação do raciocínio "a contrario sensu". É que o legislador, no caso das SA, expressamente disse que não serão computados "na determinação do lucro real as importâncias que o contribuinte com a forma de companhia receber dos subscritores de valores mobiliários de sua emissão a título de ágio na emissão de ações por preço superior ao valor nominal, quando creditadas a reservas de capital. Esta é a literalidade do art. 38 do Decreto-lei no 1.598/77, que dispõe: (...)

<sup>37</sup> As normas básicas para a determinação da base de cálculo do Imposto de renda encontram-se no Decreto-lei n. 1.598/77, que foi editado para adaptar a legislação do imposto sobre a renda às inovações da lei de sociedades por ações (Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976).

Dispõem os artigos 1º, 6º e 67, XI, do referido diploma legal:

Art. 1º O imposto sobre o lucro das pessoas jurídicas domiciliadas no País, inclusive firmas ou empresas individuais equiparadas a pessoas jurídicas, será cobrado nos termos da legislação em vigor, com as alterações deste Decreto-lei.

[...]

Art. 6º Lucro real é o lucro líquido do exercício ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas pela legislação tributária.

§ 1º O lucro líquido do exercício é a soma algébrica de lucro operacional (art. 11), dos resultados não operacionais, do saldo da conta de correção monetária (art. 51) e das participações, e deverá ser determinado com observância dos preceitos da lei comercial.

§ 2º Na determinação do lucro real serão adicionados ao lucro líquido do exercício:

[...]

§ 3º Na determinação do lucro real poderão ser excluídos do lucro líquido do exercício:

[...]

Art. 7º O lucro real será determinado com base na escrituração que o contribuinte deve manter, com observância das leis comerciais e fiscais.

[...]

Art. 67 Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação e a legislação do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas será aplicada, a partir de 1º de janeiro de 1978, de acordo com as seguintes normas:

[...]

XI. o lucro líquido do exercício deverá ser apurado, a partir do primeiro exercício social iniciado após 31 de dezembro de 1977, com observância das disposições da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976. (destaquei) Portanto, a partir da edição do Decreto-lei nº 1.598/77, independentemente da aplicação supletiva prevista no art. 18 do Decreto-lei nº 3.708, de 1919, mas por disposição expressa do Decreto-lei nº 1.598/77, as sociedades por quotas de responsabilidade limitada devem apurar o lucro líquido do exercício com observância da Lei nº 6.404/76, e esse lucro líquido assim apurado sofrerá os ajustes, por adição ou exclusão, decorrentes dos comandos específicos da legislação tributária, para fins de determinação da base de cálculo do imposto de renda (lucro real).

A definição do lucro líquido do exercício, nos termos do art. 187 da Lei nº 6.404/76, em sua redação anterior à Medida Provisória 449/2008, é a soma algébrica do resultado operacional (receita líquida das vendas e serviços menos despesas operacionais) com o resultado não operacional (receitas menos despesas não operacionais), menos participações (debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, e as contribuições para instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados).

Com isso, tem-se que, de um lado, o voto vencedor alegou que o texto legal somente permite que a alocação do ágio na conta de reserva de capital seja utilizado pelas sociedades anônimas, por existir na norma a expressão “companhia”, que faria referência às sociedades anônimas.

Quando do voto revisor, vencido, foram elencados os seguintes argumentos em favor do contribuinte:

- a) O Decreto 1.598/77 determina que a apuração do imposto de renda das limitadas se dará nos mesmos moldes da apuração feita para as sociedades anônimas;
- b) A apuração do lucro real deve ocorrer da mesma forma entre as sociedades anônimas e limitadas e, por conseguinte, o resultado do lucro líquido, deve obedecer aos ditames da lei comercial.

Veja-se que o revisor, quando do seu voto, abordou aspecto fundamental sobre o caso: a apuração contábil das empresas e um problema relevante em caso de prevalência do voto relator, que é a questão da apuração do lucro das referidas sociedades, limitadas e anônimas.

---

**A definição de resultado não operacional (antes de sua eliminação pela MP 449/2008) devia ser buscada a partir das normas e preceitos contábeis, pois que a Lei 6.404/76 não define o que seja receita ou despesa não operacional, mas reza que o lucro líquido será determinado com observância dos preceitos da lei comercial. (grifo nosso)**

## 4 A OPERAÇÃO COM O ÁGIO

Feita a descrição do caso, passe-se à análise da operação objeto de autuação pelo CARF. Nesse capítulo, serão esclarecidas as etapas contábeis do registro do ágio, assim como o impacto financeiro da decisão exarada, que demonstra, inclusive, a relevância temática e necessidade de estudo do problema em pauta.

As etapas da operação contábil são delimitadas em três, descritas abaixo:

- a) A Sociedade emite quotas com um valor pré-estabelecido em contrato social.  
Exemplo: uma sociedade possui capital social de R\$100.000,00 (cem mil reais), dividido em 100.000 (cem mil) quotas de valor nominal R\$1,00 (um real) cada, e emite mais 50.000 (cinquenta mil) quotas;
- b) O valor a ser pago pela participação societária é superior ao valor nominal das quotas.  
Exemplo: Pelas 50.000 (cinquenta mil) quotas emitidas, paga-se o valor de R\$75.000,00 (setenta e cinco mil reais), ou seja, R\$1,50 (um real e cinquenta centavos) por cada quota;
- c) Forma-se um ágio correspondente ao excedente do valor pago por cada quota. No exemplo, R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais).

Pela decisão proferida pelo CARF, o valor do ágio deveria ser tributado na sociedade LTDA, fazendo com que incidisse Imposto de Renda e Contribuição sobre o Lucro Líquido. O mesmo não aconteceria caso a empresa fosse uma Sociedade Anônima, já que, como visto, é facultado pela Lei que ela aloque esse excedente na conta de reserva de capital.

O Artigo 182 da Lei das Sociedades Anônimas, em seu parágrafo 1º, alínea “a”, determina a possibilidade de alocação do ágio como reserva de capital<sup>38</sup>.

---

<sup>38</sup> Art. 182. A conta do capital social discriminará o montante subscrito e, por dedução, a parcela ainda não realizada.

§ 1º Serão classificadas como reservas de capital as contas que registrarem:

a) a contribuição do subscritor de ações que ultrapassar o valor nominal e a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal que ultrapassar a importância destinada à formação do capital social, inclusive nos casos de conversão em ações de debêntures ou partes beneficiárias.

Insta esclarecer, para seguimento desse tópico, a diferença entre ações com valor nominal e sem valor nominal. Para Fábio Ulhôa Coelho<sup>39</sup>, dentre outros critérios de classificação, o das participações societárias podem ter um valor previamente estabelecido, que é o valor nominal da quota ou da ação, estabelecidos nos instrumentos societários de formação da sociedade. De outro lado, à participação societária pode ser estabelecida um valor de negociação, passando a quota ou ação a ter um preço, que não necessariamente será o valor nominal, caso ele exista.

Quanto ao estabelecimento de valor para a quota ou ação através de negociação, esta independe de existência de valor nominal na participação societária. Além disso, a participação societária pode ser avaliada por especialistas, em geral instituições financeiras ou de auditoria, que estabelecerão um valor de mercado ou justo para aquela sociedade e sua participação societária, lastreando potenciais investidores de informação. Ainda, pode ser mensurado o valor da sociedade através do seu valor patrimonial, obtendo-se o resultado da divisão do patrimônio líquido pelo volume de participações societárias.

No tocante ao objeto do presente estudo, é de bom alvitre demonstrar como são realizadas as anotações contábeis do ágio. Como dito, o plano de contas contábil, como definido no artigo 182 da Lei das S/A, estabelece na conta de reservas de capital a necessidade de alocação do ágio na emissão de ações. Para isso, há de se considerar duas hipóteses: o caso em que o ágio é gerado pela subscrição de ações com valor nominal; e o caso de ações que serão subscritas sem valor nominal.

No caso das ações com valor nominal, o ágio será sempre o excedente ao valor descrito no ato constitutivo da sociedade. Assim, têm-se a tabela abaixo, que representa parte do demonstrativo contábil de uma sociedade e o lançamento dos registros nas contas especificadas:

---

<sup>39</sup> COELHO, Fábio Ulhôa. O Valor da Participação Societária: quotas de sociedades limitadas e ações de sociedades anônimas. In: COELHO, Fábio Ulhôa (Coord.). **Tratado de direito comercial: Introdução ao direito comercial: teoria geral das sociedades**, v.1. São Paulo: Saraiva, 2015, p.300.

Tabela 1.<sup>40</sup>

	Débito	Crédito
<b>Bancos</b>	65.000.000	
<b>A capital social – 50.000.000 de ações a \$ 1,00</b>		
<b>Reserva de Capital</b>		<b><u>15.000.000</u></b>
<b>-ágio na emissão de ações a \$ 0,30</b>		

Já no caso de ações sem valor nominal, o ato que constituir a sociedade ou que aumentar o capital dela poderá dispor o que será destinado a ágio e o que será destinado a reserva de capital e o valor quer será destinado à formação do capital social, sendo o registro feito da seguinte forma:

Tabela 2<sup>41</sup>.

	Débito	Crédito
<b>Bancos</b>	65.000.000	
<b>A capital social</b>		55.000.000
<b>A Reserva de Capital</b>		10.000.000
<b>-ágio na emissão de ações</b>		

Quando do lançamento a reserva de capital, o valor destinado a tais contas somente pode ser utilizado, como já explicitado, para as destinações previstas em lei, no artigo 200 da Lei das S/A.

A relevância está no impacto se desconsiderada a mesma possibilidade às sociedades por quotas. Tome-se como exemplo uma empresa com capital social de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), dividido em quotas de R\$10,00 (dez reais), que resolve dobrar o seu capital social, criando mais 100.000 quotas, com valor de R\$10,00 (dez reais) cada, porém vendendo-as a um preço de R\$15,00 (quinze reais). Nesse caso, haveria um ágio de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais).

De acordo com o posicionamento da decisão analisada, esse valor de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais) deverá compor o resultado da sociedade e, assim, submeter-se à

<sup>40</sup> IUDÍCIBUS, Sérgio de. *et al.* **Manual de Contabilidade Societária**: Aplicável a todas as Sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC (2010). 3.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2018, p.382.

<sup>41</sup> *Ibidem*.

tributação. Considerando que a empresa esteja sob o regime de apuração de lucros pelo lucro real, e que seu resultado no exercício em que houve o aumento de capital seja R\$0,00 (zero), deverá haver a tributação integral do valor de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), como se receita operacional fosse.

Dessa forma, a empresa teria ainda que realizar, a título de Imposto de Renda, o pagamento de 15% (quinze por cento) sobre o valor de R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), correspondente a R\$75.000,00 (setenta e cinco mil reais) e, ainda, o valor de 10% (dez por cento) sobre a parcela adicional aos R\$240.000,00 (duzentos e quarenta mil reais) (ou seja, R\$ 260.000,00), que resultaria em mais R\$26.000,00 (vinte e seis mil reais). Assim, pelo entendimento do CARF no julgamento proferido acima, dos R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), ingressados na empresa a título de ágio na subscrição das quotas, haveria a tributação de 20,2% (vinte inteiros e dois décimos por cento) a título de Imposto de Renda, no total de R\$101.000,00 (cento e um mil reais).

A tributação desse valor gera uma série de consequências econômico-financeiras para as Sociedades Limitadas que serão demonstradas mais à frente, pois essenciais ao estudo do tema.

## **5 O CONTEÚDO NORMATIVO DO ART. 442 DO DECRETO-LEI 3.000/99: CONTEXTO DE SUA CRIAÇÃO E EVOLUÇÃO PARA O DECRETO 9.580/18.**

O presente capítulo é crucial para entendimento do tema, nele serão analisados diversos aspectos da formação da norma, quer seja no seu aspecto técnico, quer seja no seu momento de formação e contexto social. Também de crucial importância dentro deste capítulo está o entendimento das aproximações e distinções dos tipos societários e como isso altera o contexto do momento de formação da norma.

A norma sob o qual se pautou o julgamento do CARF em estudo é o artigo 442 do Decreto 3.000/99, o então vigente regulamento do imposto de renda, posteriormente substituído pelo Decreto 9.580/2018.

A referida alteração legislativa em nada altera o estudo do presente caso, tendo em vista que, consoante será demonstrado ao longo dos próximos capítulos, houve apenas mudança topográfica da norma, que surge na nova legislação em diferentes artigos, mas com o mesmo conteúdo.

### **5.1 O CONTEXTO DE CRIAÇÃO DA NORMA: MERCADO DE CAPITAIS E DE VALORES MOBILIÁRIOS**

Antes de adentrar na discussão sobre a norma aqui em debate, alocadas nos regulamentos de imposto de renda, é de bom alvitre fazer uma rápida digressão sobre a sua primeira aparição e o contexto de sua criação. Mas por que é necessário entender essa evolução? Uma análise comparativa entre as legislações ao longo do tempo permitirá fazer um estudo mais detalhado acerca da teleologia da norma e seus motivadores, bem como da sua eventual necessidade de manutenção ou não.

O Mercado de Capitais no Brasil era incipiente antes do ingresso dos militares no poder, no ano de 1964. Até então, as únicas entidades capazes de realizar financiamentos de grande porte eram o Banco do Brasil e o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico.



Nessa época ainda não existia a Comissão de Valores Mobiliários – CVM ou Bolsa de Valores de São Paulo – Bovespa, e o mercado de valores mobiliários era regulado pelo Banco Central<sup>42</sup>.

Com o fim de incentivar aos investimento no mercado de capitais, o governo atuou em duas frentes: a) a primeira delas fiscal, através do imposto de renda dos empresários e investidores; e b) a segunda delas financeira, mediante facilitação de financiamentos, quer seja através de juros menores que os de mercado, quer seja pela aplicação de taxas inferiores à inflação<sup>43</sup>.

Nesse cenário foi promulgada a Lei 4.357/64, seguida de diversas outras leis com o mesmo escopo de financiar as grandes empresas no longo prazo, sem a necessidade de intervenção do Estado.

A evolução do mercado de valores mobiliários tornou necessária a separação da fiscalização aplicada àquele mercado que, até então, era feita pelo Banco Central. Contudo, resultando na criação da CVM, o que foi feito através da Lei. 6.385/76. Naquele momento, por haver um conflito político com os detentores do poder no Banco Central, a CVM teve sua competência delimitada aos valores constantes do artigo 2º, inciso III<sup>44</sup>, da referida Lei<sup>45</sup>:

Com o passar do tempo, a lista do artigo 2º<sup>46</sup> foi sendo significativamente ampliada, de

---

<sup>42</sup> MATTOS FILHO, Ary Oswaldo. **Direito dos valores mobiliário**. 1.ed. Tomo 1. Rio de Janeiro: FGV, 2015, p.159.

<sup>43</sup> MATTOS FILHO, Ary Oswaldo. **Direito dos valores mobiliário**. 1.ed. Tomo 1. Rio de Janeiro: FGV, 2015, p.159.

<sup>44</sup> Art 2º São valores mobiliários sujeitos ao regime desta Lei:

I - as ações, partes beneficiárias e debêntures, os cupões desses títulos e os bônus de subscrição;

II - os certificados de depósito de valores mobiliários;

III - outros títulos criados ou emitidos pelas sociedades anônimas, a critério do Conselho Monetário Nacional.

<sup>45</sup> MATTOS FILHO, Ary Oswaldo. **Direito dos valores mobiliário**. 1.ed. Tomo 1. Rio de Janeiro: FGV, 2015, p.161.

<sup>46</sup> Art. 2º São valores mobiliários sujeitos ao regime desta Lei:

I - as ações, debêntures e bônus de subscrição;

II - os cupons, direitos, recibos de subscrição e certificados de desdobramento relativos aos valores mobiliários referidos no inciso II;

III - os certificados de depósito de valores mobiliários;

IV - as cédulas de debêntures;

V - as cotas de fundos de investimento em valores mobiliários ou de clubes de investimento em quaisquer ativos;

VI - as notas comerciais;

VII - os contratos futuros, de opções e outros derivativos, cujos ativos subjacentes sejam valores mobiliários;

VIII - outros contratos derivativos, independentemente dos ativos subjacentes;

modo a estender a competência da CVM para mais instrumentos de mercado, como pode ser visto da composição atual da norma.

Em 1998 foi editada a medida provisória de número 1.637, que incluiu no rol de valores mobiliários os contratos de investimentos, além de promover uma alteração legislativa que visava deixar o artigo mais aberto para o desenvolvimento de novos valores mobiliários<sup>47</sup>.

Um ponto que se faz imperioso destacar é a posição da ação dentre os valores mobiliários. Essa é uma discussão que remonta às décadas de 50 e 60, quando se discutia se as ações são títulos de crédito ou títulos de participação social, prevalecendo hoje essa última definição<sup>48</sup>.

Valor mobiliário pode ser representado como um investimento que, quando ofertado ao público sofre a regulação da CVM, quando oriundo de ofertas privadas rege-se pelo vínculo por vínculo contratual<sup>49</sup>. Os valores mobiliários no Brasil se caracterizam por cinco pontos:

- a) Há, necessariamente, a condição de que a oferta não seja privada, mas pública (condição que já sofreu modificação após a Instrução Normativa – IN n. 588/18 da CVM, que regula as ofertas privadas);
- b) O investimento coletivo deve concretizar-se através de um título ou pela adesão a um contrato de investimento coletivo;
- c) Tal contrato coletivo ou título deve gerar direitos participativos, de parceria ou de remuneração no negócio ou empreendimento coletivo;
- d) A remuneração constante do título ou do contrato coletivo poderá ser resultante, inclusive, da prestação de serviços;
- e) Os rendimentos devem advir do esforço do empreendedor ou de terceiros;

A partir da Lei 10.303/2001, como pode ser visto na transcrição do artigo que foi inserto na Lei 6.386/76, os contratos de investimento coletivos foram incluídos no rol de valores

---

IX - quando ofertados publicamente, quaisquer outros títulos ou contratos de investimento coletivo, que gerem direito de participação, de parceria ou de remuneração, inclusive resultante de prestação de serviços, cujos rendimentos advêm do esforço do empreendedor ou de terceiros.

<sup>47</sup> MATTOS FILHO, Ary Oswaldo. **Direito dos valores mobiliário**. 1.ed. Tomo 1. Rio de Janeiro: FGV, 2015, p.161.

<sup>48</sup> *Ibidem*, p.165.

<sup>49</sup> *Ibidem*, p. 167.

mobiliários e, por conseguinte, de competência da CVM para fiscalização, dando, assim, mais um instrumento de financiamento do seu desenvolvimento através de terceiros, o que será detalhado mais à frente, ao falar de sociedades anônimas e limitadas.

Dito isso, o que pode ser percebido é que, desde a sua criação, a CVM tem absorvido cada vez mais itens como valores mobiliários dentro do seu rol de fiscalização, o que é uma consequência inexorável do desenvolvimento do mercado de valores mobiliários brasileiro. Esse desenvolvimento, mais do que uma consequência da legislação, é também uma consequência do desenvolvimento do próprio mercado, que obriga a norma a lhe acompanhar.

Segundo o presidente da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial – ABDI, em meados de 2015, o Brasil já ocupava a 12ª colocação entre os maiores mercados de valores mobiliários do mundo<sup>50</sup>. De igual modo também avançou a bolsa de valores nacional, que ocupa a 20ª colocação no ranking mundial e possui valor de mercado de mais de US\$824.000.000.000,00 (oitocentos e vinte e quatro bilhões de dólares).<sup>51</sup> Foi na Lei de mercado de Capitais que surgiu pela primeira vez a norma de alocação de ágio em subscrição de ações no contexto histórico brasileiro, como será descrito abaixo.

## 5.2 A EVOLUÇÃO DO CONTEÚDO NORMATIVO DO ART. 422 DO DECRETO-LEI 3.000/99

O conteúdo normativo do artigo 442, do Decreto-lei 3.000/99 prevê a possibilidade de lançamento de valores a reserva de capital, como exclusão da base cálculo do lucro real, inclusive o ágio na subscrição de ações. A referida norma faz referência ao artigo 38 do Decreto-lei de número 1.598/77, que possui o mesmo texto legal.

---

<sup>50</sup>Mercado de capital brasileiro está em 12º no ranking mundial. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/assuntos-economicos/noticias/mercado-de-capital-brasileiro-esta-em-12o-no-ranking-mundial>>. Acesso em: 4 mar. 2019.

<sup>51</sup> As 20 maiores bolsas do mundo. **Revista Exame**. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mercados/as-20-maiores-bolsas-do-mundo/>>. Acesso em: 4 mar. 2019.

A origem da norma em estudo, como dito no tópico anterior, está pautada no artigo 58<sup>52</sup> da Lei 4.728/65, que trata do Mercado de Capitais e inseriu a possibilidade da alocação do ágio como reserva de capital e o consequente não lançamento à tributação.

A referida norma logo foi alterada pela Lei 4.862/65, que editou a redação do dispositivo, mas mantendo a sua finalidade. Posteriormente o dispositivo voltou a aparecer nos artigos 13 e 182<sup>53</sup> da Lei das S/A.

Após isso a norma foi inserida no Decreto-lei 1.598/77 e, adiante, no artigo 442 do Decreto-lei n. 3.000/99, que regulamentava o Imposto de Renda. Por fim, o conteúdo normativo foi repetido e mantido nos mesmos termos, através do artigo 517 do Decreto 9.580/2018, em vigor.

### 5.3 RECEITA, RENDA, ÁGIO E TRIBUTAÇÃO

Como já explanado acima, as normas contábeis não consideram os valores aportados pelos sócios como receita ou renda da empresa, o que está disposto no parecer de número 30 do CPC.

Da mesma forma, os Regulamentos do Imposto de Renda, tanto antigo quanto novo, não inserem o aporte dos sócios como receita tributável, o que, por conseguinte, excluiria o seu ágio da tributação, na medida em que não há previsão no regulamento do imposto de renda ou nos seus itens de adição.

---

<sup>52</sup> Art. 58. Na emissão de ações com ágio pelas companhias de capital subscrito ou autorizado, as importâncias recebidas dos subscritores, além do valor nominal das ações constituem capital excedente; não serão tributadas como rendimento da pessoa jurídica.

<sup>53</sup> Art. 13. É vedada a emissão de ações por preço inferior ao seu valor nominal.

§ 1º A infração do disposto neste artigo importará nulidade do ato ou operação e responsabilidade dos infratores, sem prejuízo da ação penal que no caso couber.

§ 2º A contribuição do subscritor que ultrapassar o valor nominal constituirá reserva de capital (artigo 182, § 1º). Art. 182. A conta do capital social discriminará o montante subscrito e, por dedução, a parcela ainda não realizada.

§ 1º Serão classificadas como reservas de capital as contas que registrarem:

a) a contribuição do subscritor de ações que ultrapassar o valor nominal e a parte do preço de emissão das ações sem valor nominal que ultrapassar a importância destinada à formação do capital social, inclusive nos casos de conversão em ações de debêntures ou partes beneficiárias.

Há uma ilegalidade expressa na tributação de verba que não pode ser considerada como receita, que é o caso do aporte dos sócios, ainda que com ágio, o que ficou evidenciado no julgamento do caso e através da análise do julgamento do CARF que traz a conceituação de receita.

#### 5.4 UMA ANÁLISE SOBRE AS SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE OS TIPOS SOCIETÁRIOS DE SOCIEDADES ANÔNIMAS E SOCIEDADES LIMITADAS

Feita a digressão das mudanças históricas, é importante comparar com as aproximações / distanciamentos dos tipos societários ao longo do mesmo período, o que permitirá uma análise de manutenção ou não das necessidades / motivos de criação da norma e identificar a validade pros tipos societários em estudo. Isso se torna relevante medida em que se consegue comparar a intenção do legislador na norma tributária versus a norma societária e a real intenção ou não de desenvolvimento do mercado, para comparar com questões de extrafiscalidade, tratadas também no presente trabalho.

Quando da sua criação, as sociedades anônimas e limitadas possuíam características e finalidades muito diferentes. As sociedades anônimas voltavam-se, essencialmente, à busca de formas de captações no mercado; enquanto as sociedades limitadas visavam atender os empreendimentos de médio e pequeno porte, que tinham um pequeno número de sócios, com algum tipo de vínculo, que não apenas o vínculo financeiro.

Contudo, ao longo do tempo, as duas formas societárias sofreram grandes transformações e novas formas de aplicação. Nesse sentido, o presente capítulo tem a finalidade de delimitar melhor as sociedades anônimas e limitadas, estabelecendo a relação de proximidade e/ou distanciamento entre os dois tipos societários nos dias atuais.

Diferentemente dos demais modelos de sociedades existentes, que eram desencadeadas da união de comerciantes ou de familiares com um objetivo comum, com proporções bem menores e com uma responsabilidade direta de seus “sócios”, o modelo das companhias, sociedades anônimas, visava captar recursos financeiros para viabilizar o seu objetivo, sem, necessariamente, a necessidade do esforço pessoal dos investidores para o desenvolvimento do objeto.

Gonçalves Neto<sup>54</sup> estabelece que, para situações em que o empreendedor necessita de aportes financeiros e não necessariamente do apoio nas atividades de um sócio, poder-se-ia escolher o modelo de sociedades anônimas, que é classificada como uma sociedade de capitais, diferentemente de uma sociedade limitada, que seria qualificada como sociedade de pessoas.

Contudo, ressalva que, com a evolução da norma, o modelo que antes era apenas endereçado para grandes empreendimentos, passou a poder ser utilizado por estruturas menores e, inclusive, com exigências simplificadas, facilitando, por exemplo, grupos familiares que desejam melhor estruturar seus negócios e buscar investimentos.

Segundo Marcos Andrey de Sousa<sup>55</sup>, quanto à sua natureza, as sociedades limitadas são essencialmente contratuais, em decorrência dos artigos 981<sup>56</sup> e 1.054<sup>57</sup> do Código Civil. Contudo, há que se atualizar os conceitos dessa natureza contratual, que antes, quando do início das sociedades limitadas, entendia-se pela necessidade de paridade dos sócios da sociedade, exigindo-se, inclusive, decisão unânime para todas as deliberações da sociedade. Hodiernamente, a própria lei já prevê quóruns diferenciados para diversos tipos de aprovação, como no artigo 999<sup>58</sup> do Código Civil e ainda com a previsão da possibilidade de existência de quotas desiguais, no artigo 1.055<sup>59</sup>.

De igual modo, não se pode mais falar na antiga concepção italiana, que extremava o contratualismo e limitava o interesse social ao interesse dos seus sócios. Com isso, o autor leciona que as sociedades são contratuais do ponto de vista da sua formação, mas são institucionais por conta dos interesses sociais que nela orbitam. Perpassando ainda sobre detalhes quanto à sua natureza, percebe-se que não mais é cabível a separação entre

---

<sup>54</sup> GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. Características e natureza da sociedade anônima. In: COELHO, Fábio Ulhôa (Coord). **Tratado de Direito Comercial: Tipos societários, Sociedade Limitada, Sociedade Anônima**. v.2. São Paulo: Saraiva, 2015, p.324.

<sup>55</sup> SOUSA, Marcos Andrey de. Sociedade Limitada: considerações gerais. In: COELHO, Fábio Ulhôa (Coord). **Tratado de Direito Comercial: Tipos societários, Sociedade Limitada, Sociedade Anônima**. v.2. São Paulo: Saraiva, 2015, p.84-87.

<sup>56</sup> Art. 981. Celebram contrato de sociedade as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir, com bens ou serviços, para o exercício de atividade econômica e a partilha, entre si, dos resultados.

<sup>57</sup> Art. 1.054. O contrato mencionará, no que couber, as indicações do art. 997, e, se for o caso, a firma social.

<sup>58</sup> Art. 999. As modificações do contrato social, que tenham por objeto matéria indicada no art. 997, dependem do consentimento de todos os sócios; as demais podem ser decididas por maioria absoluta de votos, se o contrato não determinar a necessidade de deliberação unânime.

<sup>59</sup> Art. 1.055. O capital social divide-se em quotas, iguais ou desiguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio.

sociedade de pessoas e sociedade de capitais, na medida em que cada sociedade possui parte dos elementos de cada um dos tipos de classificação.

Ao mesmo tempo em que é possível se ver uma sociedade limitada com características de uma sociedade de mercado, essencialmente para captar investidores, é possível ver uma sociedade anônima em que o poder se concentra na mão de familiares que delineiam a empresa da forma como lhe convém, utilizando o formato de sociedade anônima tão somente para captação de recursos a um custo mais baixo.

É comum se ver sociedades anônimas com características de uma sociedade de pessoas, principalmente ao se analisar entidades de controle familiar e até mesmo algumas vinculadas a fundos de *private equity*. Sendo assim, pode-se considerar as sociedades limitadas como de natureza híbrida.

Um outro ponto de convergência nas sociedades anônimas e limitadas é o formato de suas informações contábeis. A própria decisão judicial que deu origem à análise da questão do ágio menciona que, desde o Decreto 1.598/77, em seu artigo 1º<sup>60</sup>, a apuração do Lucro Real se dará igual para todos os tipos societários. Logo, a base de cálculo para todos os tipos societários é a mesma, considerando as adições e exclusões previstas no artigo 6º<sup>61</sup> do mesmo decreto.

---

<sup>60</sup> Art 1º - O imposto sobre o lucro das pessoas jurídicas domiciliadas no País, inclusive firmas ou empresas individuais equiparadas a pessoas jurídicas, será cobrado nos termos da legislação em vigor, com as alterações deste Decreto-lei.

<sup>61</sup> Art 6º - Lucro real é o lucro líquido do exercício ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas pela legislação tributária.

§ 1º - O lucro líquido do exercício é a soma algébrica de lucro operacional (art. 11), dos resultados não operacionais, do saldo da conta de correção monetária (art. 51) e das participações, e deverá ser determinado com observância dos preceitos da lei comercial.

§ 2º - Na determinação do lucro real serão adicionados ao lucro líquido do exercício:

a) os custos, despesas, encargos, perdas, provisões, participações e quaisquer outros valores deduzidos na apuração do lucro líquido que, de acordo com a legislação tributária, não sejam dedutíveis na determinação do lucro real;

b) os resultados, rendimentos, receitas e quaisquer outros valores não incluídos na apuração do lucro líquido que, de acordo com a legislação tributária, devam ser computados na determinação do lucro real.

§ 3º - Na determinação do lucro real poderão ser excluídos do lucro líquido do exercício:

a) os valores cuja dedução seja autorizada pela legislação tributária e que não tenham sido computados na apuração do lucro líquido do exercício;

b) os resultados, rendimentos, receitas e quaisquer outros valores incluídos na apuração do lucro líquido que, de acordo com a legislação tributária, não sejam computados no lucro real;

c) os prejuízos de exercícios anteriores, observado o disposto no artigo 64.

§ 4º - Os valores que, por competirem a outro período-base, forem, para efeito de determinação do lucro real, adicionados ao lucro líquido do exercício, ou dele excluídos, serão, na determinação do lucro real do período competente, excluídos do lucro líquido ou a ele adicionados, respectivamente.

Tal decreto posteriormente veio a ser complementado pelo Decreto 3.000/1999, atualmente revogado pelo Decreto 9.580/2018. O primeiro trata da referida matéria em seus artigos 247 e seguintes; enquanto o novo regramento dispõe do tema nos artigos 258 e seguintes.

A forma de cálculo do lucro será apurada mais a frente, em tópico específico. Contudo, o que se percebe é que deve ser realizado obedecendo aos mesmos critérios previstos na legislação. Dito isso, o quadro abaixo resume as principais características das sociedades anônimas e limitadas, demonstrando que, atualmente, já há um grande nível de aproximação entre elas.

Tabela 3

Característica / tipo societário	S/A	LTDA
Responsabilidade	Limitada ao preço	Limitada ao Capital Integralizado
Tipo de sociedade	Capital	Capital ou Pessoas
Ato constitutivo	Estatuto	Contrato
Fungibilidade dos Sócios	Permitida ou Não	Permitida ou Não
Natureza	Híbrida	Híbrida

Como já delineado ao longo do estudo desse tema, algo que a doutrina sempre apontou como uma das principais diferenças entre as sociedades anônimas e as sociedades de quotas limitadas, além do tipo de instrumento que as constituía, seria a sua finalidade. Enquanto as sociedades anônimas seriam destinadas a grandes corporações e com o objetivo de captação de recursos no mercado, independentemente do tipo de investidor que desejasse nela investir, as sociedades limitadas teriam um escopo para negócios menores, de médio e pequeno porte, e

---

§ 5º - A inexatidão quanto ao período-base de escrituração de receita, rendimento, custo ou dedução, ou do reconhecimento de lucro, somente constitui fundamento para lançamento de imposto, diferença de imposto, correção monetária ou multa, se dela resultar:

- a) a postergação do pagamento do imposto para exercício posterior ao em que seria devido; ou
- b) a redução indevida do lucro real em qualquer período-base.

§ 6º - O lançamento de diferença de imposto com fundamento em inexatidão quanto ao período-base de competência de receitas, rendimentos ou deduções será feito pelo valor líquido, depois de compensada a diminuição do imposto lançado em outro período-base a que o contribuinte tiver direito em decorrência da aplicação do disposto no § 4º.

§ 7º - O disposto nos §§ 4º e 6º não exclui a cobrança de correção monetária e juros de mora pelo prazo em que tiver ocorrido postergação de pagamento do imposto em virtude de inexatidão quanto ao período de competência.



estariam destinadas a sócios que tivessem algum tipo de vínculo não econômico, que seria o *affectio societatis*.

O direito empresarial, diferente de outras áreas do direito, evolui com as relações comerciais e muito do que acaba sendo positivado é fruto das práticas reiteradas de mercado que culminam com uma necessidade de ser regulamentada ou normatizada. É comum até que, em razão de as práticas de mercado evoluírem muito mais rápido que a legislação, que esta esteja sempre um ou dois passos atrás da evolução comercial.

Desde a edição da Lei 6.404/76, muito se evoluiu, tanto em relação às sociedades contratuais quanto em relação às sociedades anônimas e que algumas delas podem ser retratadas aqui. Ao longo desse período de quase 40 anos, muitas mudanças resultaram na aproximação dos tipos contratuais e serão pinceladas aqui.

Não se pretende aqui exaurir todos os casos de aproximação de distinção dos tipos societários, mas os exemplos abaixo podem demonstrar de forma suficiente a convergência que se está tratando.

#### **5.4.1 Adoção de Instrumentos de Sociedade Anônima por Limitadas / quóruns diferenciados / Regras de Governança**

Na mesma esteira, quando da sua edição, o Código Civil de 2002 passou a prever, em seu artigo 1.055<sup>62</sup>, a possibilidade de que as quotas da sociedade limitada pudessem ser iguais ou desiguais o que indica a possibilidade de sócios de uma sociedade limitada poderem ter níveis de poderes diferentes uns dos outros.

Se uma sociedade possui sócios com poderes diferentes, espera-se que esta diferença esteja lastreada em duas faces da moeda, de um lado o poder econômico que um dos sócios tem e, do outro, a possibilidade de realização do trabalho ou capacidade de gerenciamento da empresa, o que indica a empresa também para um afastamento da característica que seria de uma sociedade de pessoas e aproximando também de uma sociedade de capitais.

---

<sup>62</sup> Art. 1.055. O capital social divide-se em quotas, iguais ou desiguais, cabendo uma ou diversas a cada sócio.

Do mesmo modo, como já tratado aqui, o código civil passou a estabelecer quóruns diferenciados para os diversos tipos de decisões previstas para sociedade. Em regra, as decisões que, antes do código de 2002, deveriam ser tomadas à unanimidade, passaram a ser tomadas por maioria simples, consoante o artigo 1.010<sup>63</sup> do Código Civil e por 3/4 (três quartos) do capital social, nos casos previstos nos artigos 1.071<sup>64</sup> e 1.076<sup>65</sup>. Com isso, o Código Civil passou a estabelecer regras mínimas de governança para as sociedades limitadas.

Ainda em se tratando de governança, o Código Civil estabeleceu uma série de regras de modo a garantir critérios de governança dentro das sociedades limitadas, como se verifica da possibilidade de criação de conselho fiscal, no artigo 1.066<sup>66</sup>, e garantia de eleição de um dos conselheiros pelos sócios minoritários.

Mesmo com a existência da previsão no Código Civil, ao editar a Instrução Normativa de número 38/17, o Departamento de Registro e Integração - DREI – alterou os manuais de registro das sociedades e, ao tratar das sociedades limitadas, passou a permitir, em seu item 1.4, que as sociedade limitadas adotassem institutos próprios de sociedades anônimas, a saber, quotas em tesouraria, quotas preferenciais, Conselho de Administração e Conselho Fiscal, aproximando ainda mais as sociedades das limitadas das sociedades anônimas.

---

<sup>63</sup> Art. 1.010. Quando, por lei ou pelo contrato social, competir aos sócios decidir sobre os negócios da sociedade, as deliberações serão tomadas por maioria de votos, contados segundo o valor das quotas de cada um. § 1º Para formação da maioria absoluta são necessários votos correspondentes a mais de metade do capital.

<sup>64</sup> Art. 1.071. Dependem da deliberação dos sócios, além de outras matérias indicadas na lei ou no contrato:

- I - a aprovação das contas da administração;
- II - a designação dos administradores, quando feita em ato separado;
- III - a destituição dos administradores;
- IV - o modo de sua remuneração, quando não estabelecido no contrato;
- V - a modificação do contrato social;
- VI - a incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
- VII - a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;
- VIII - o pedido de concordata.

<sup>65</sup> Art. 1.076. Ressalvado o disposto no art. 1.061, as deliberações dos sócios serão tomadas:

- I - pelos votos correspondentes, no mínimo, a três quartos do capital social, nos casos previstos nos incisos V e VI do art. 1.071;
- II - pelos votos correspondentes a mais de metade do capital social, nos casos previstos nos incisos II, III, IV e VIII do art. 1.071;
- III - pela maioria de votos dos presentes, nos demais casos previstos na lei ou no contrato, se este não exigir maioria mais elevada.

<sup>66</sup> Art. 1.066. Sem prejuízo dos poderes da assembléia dos sócios, pode o contrato instituir conselho fiscal composto de três ou mais membros e respectivos suplentes, sócios ou não, residentes no País, eleitos na assembléia anual prevista no art. 1.078.

### 5.4.2 Investidor Anjo

Em outubro de 2016 foi editada a Lei Complementar de número 155, que alterou a Lei complementar 123/11, que trata das regulamentações para micro e pequenas empresas. Na referida Lei complementar, foi instituída a figura do investidor-anjo, de modo a incentivar o desenvolvimento de atividades de inovação e investimentos produtivos<sup>67</sup>, como pode ser verificar no artigo 61-A. O investidor-anjo nada mais é do que o detentor de capital que deseja investir em empresas com potencial de vultoso crescimento, mais comum no mercado de *startups*, mas que querem ter um risco diminuto, participando de uma posição mais distante da empresa, sem ter necessariamente que enfrentar ou acarretar para a empresa investida os encargos tributários que outros instrumentos iriam gerar, como no caso do mútuo.

A referida Lei Complementar tem como condão permitir a pessoas físicas, jurídicas e fundos de investimentos realizem aportes em microempresas e empresas de pequeno porte sem que necessariamente virem sócios ou que o valor aportado seja integrado ao capital social da empresa. Confere ainda alguns privilégios para aquisição da empresa e para recebimento dos valores.

Com isso, passa a ser possível que micro e pequenas empresas, independentemente da sua formatação societária, possam captar valores nos mercados em condições diferenciadas, aproximando a sociedade de uma empresa com natureza de capital.

### 5.4.3 Publicações e demonstrações financeiras

Em 2007, a Lei 11.638/07, em seu artigo 3<sup>o</sup><sup>68</sup>, que todas as sociedades de grande porte, assim consideradas as com receita bruta anual acima de R\$300.000.000,00 (trezentos milhões

---

<sup>67</sup> “Art. 61-A. Para incentivar as atividades de inovação e os investimentos produtivos, a sociedade enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos desta Lei Complementar, poderá admitir o aporte de capital, que não integrará o capital social da empresa.

<sup>68</sup> Art. 3º Aplicam-se às sociedades de grande porte, ainda que não constituídas sob a forma de sociedades por ações, as disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras e a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado na Comissão de Valores Mobiliários.

Parágrafo único. Considera-se de grande porte, para os fins exclusivos desta Lei, a sociedade ou conjunto de sociedades sob controle comum que tiver, no exercício social anterior, ativo total superior a R\$ 240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões de reais) ou receita bruta anual superior a R\$ 300.000.000,00 (trezentos milhões de reais).

de reais) ou com ativos em valores acima de R\$240.000.000,00 (duzentos e quarenta milhões), independentemente do tipo societário em que foi constituída.

Tal medida, inclusive, visa aumentar os critérios de governança e dar publicidade para terceiros e credores, assim como eventuais sócios que não estejam no dia a dia da sociedade e, até mesmo como foi descrito no projeto, adequar as normas da lei das S/A à realidade mercantil.

Na linha inversa, tem-se adotado procedimentos de modo a simplificar parte da burocracia para as sociedades anônimas de capital fechado, como pode ser visto da mesma legislação, que, em seu artigo 176, inciso V, dispensa a publicação de demonstrações do valor adicionado; no mesmo artigo, parágrafo 6º<sup>69</sup>, dispensar a publicação das demonstrações de fluxo de caixa para as companhias que tiverem patrimônio líquido inferior a R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais); e, em seu artigo 294, que dispensa a companhia com menos de 20 (vinte) acionistas e patrimônio líquido inferior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), de: a) publicar a convocação de assembleia, desde que entregue os convites no prazo de lei; e b) publicar as demonstrações financeiras, desde que arquivadas na junta comercial.

#### 5.4.4 Crowdfundings

Os *crowdfundings* são métodos através do qual o fundador de um determinado empreendimento se utiliza da internet, em websites específicos, para buscar financiamento para a realização de seu projeto. Esse financiamento pode ser de diversos modelos, desde para realização de simples doação até mesmo para participação nos resultados de um determinado empreendimento<sup>70</sup>.

---

<sup>69</sup> Art. 176. Ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício:

I - balanço patrimonial;

II - demonstração dos lucros ou prejuízos acumulados;

III - demonstração do resultado do exercício; e

IV - demonstração das origens e aplicações de recursos.

IV – demonstração dos fluxos de caixa; e (Redação dada pela Lei nº 11.638, de 2007)

V – se companhia aberta, demonstração do valor adicionado. (Incluído pela Lei nº 11.638, de 2007)

[...]

§ 6º A companhia fechada com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) não será obrigada à elaboração e publicação da demonstração dos fluxos de caixa.

<sup>70</sup> MATTOS FILHO, Ary Oswaldo. **Direito dos valores mobiliário**. 1.ed. Tomo 1. Rio de Janeiro: FGV, 2015, p.310-311.

Por serem veiculados na internet, tais investimentos seriam considerados como oriundos de oferta pública. Ocorre que, para isso, deveria lançar-se através de uma instituição elencada no artigo 15<sup>71</sup> da lei 6.385/76<sup>72</sup>.

A despeito disso, a CVM regulamentou, através da Instrução Normativa de número 588/17 as *crowdfundings* de investimento e a sua possibilidade de utilização pelas sociedades empresárias de pequeno porte, sem restringir seu uso às sociedades anônimas. É o que se infere do artigo 19, inciso IV, alínea G<sup>73</sup>.

#### 5.4.5 Debêntures em Sociedades Limitadas

Já tramita no senado o projeto de lei 487/2013, de Autoria do Senador Renan Calheiros que, em seu artigo 309<sup>74</sup>, prevê a possibilidade de as sociedades limitadas emitirem debêntures. A mesma autorização já consta de outros projetos, como é o de número 1.572/2011, do deputado Vicente Cândido e o projeto do senado de número 11/2018 que pretende aperfeiçoar como um todo as sociedades limitadas, instituindo-lhe diversos dispositivos inerentes às sociedades anônimas, como quotas preferenciais e conselho de administração.

Aliás, a emissão de debêntures por sociedades limitada é um tema que circula as juntas comerciais do país há algum tempo, tendo inclusive tentativas de registro já sido realizadas em juntas comerciais do país (São Paulo e Rio de Janeiro). Em que pese os registros tenham sido

---

<sup>71</sup> Art. 15. O sistema de distribuição de valores mobiliários compreende:

I - as instituições financeiras e demais sociedades que tenham por objeto distribuir emissão de valores mobiliários:

a) como agentes da companhia emissora;

b) por conta própria, subscrevendo ou comprando a emissão para a colocar no mercado;

II - as sociedades que tenham por objeto a compra de valores mobiliários em circulação no mercado, para os revender por conta própria;

III - as sociedades e os agentes autônomos que exerçam atividades de mediação na negociação de valores mobiliários, em bolsas de valores ou no mercado de balcão;

IV - as bolsas de valores.

V - entidades de mercado de balcão organizado. (Incluído pela Lei nº 9.457, de 5.5.1997)

VI - as corretoras de mercadorias, os operadores especiais e as Bolsas de Mercadorias e Futuros; e (Redação dada pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001)

VII - as entidades de compensação e liquidação de operações com valores mobiliários. (Inciso incluído pela Lei nº 10.303, de 31.10.2001)

<sup>72</sup> MATTOS FILHO, Ary Oswaldo. *Op cit, loc. cit.*

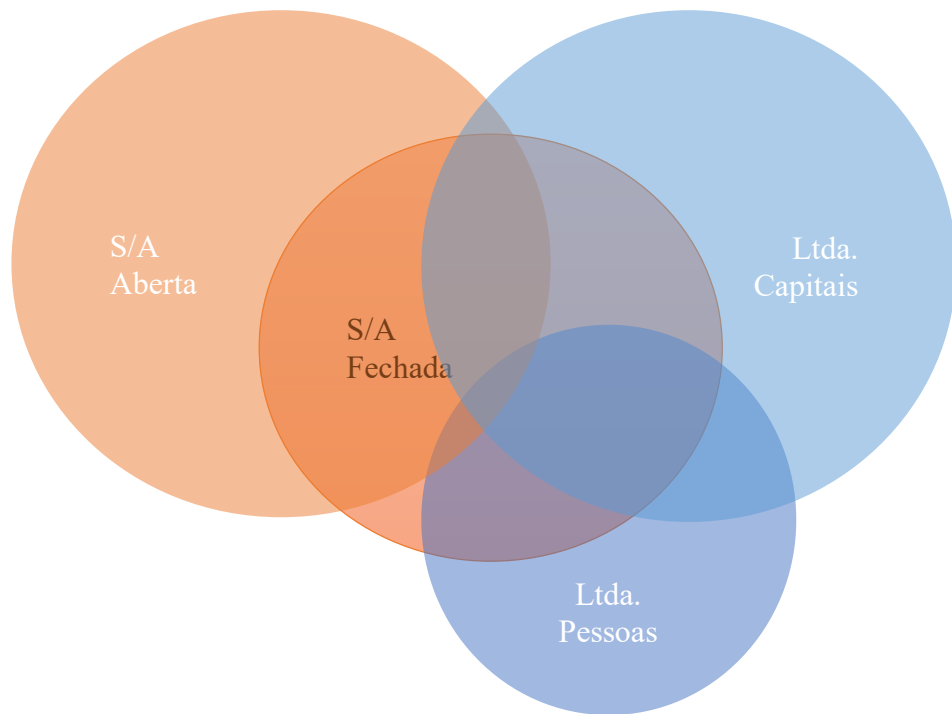
<sup>73</sup> G) de que não existe obrigação, definida em lei ou regulamentação, da sociedade empresária de pequeno porte que não seja constituída como sociedade anônima em transformar-se neste tipo de sociedade;

<sup>74</sup> Art. 309. A sociedade limitada pode emitir debêntures, que conferirão aos titulares direito de crédito, nas condições da escritura de emissão e, se houver, do certificado.

indeferidos pelas respectivas juntas, levantou-se a discussão acerca do tema, que hoje já tramita em diversos projetos de Lei.

O que se percebe com tudo isso é que, entre sociedades anônimas e limitadas existe uma grande interseção que pode ser representada pelo diagrama abaixo.

Figura 1



## 6 O RIR 99, A CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988 E O PRINCÍPIO DA IGUALDADE

É essencial ao presente estudo a análise da constitucionalidade da norma posta em discussão, na medida em que ela causa uma diferença no tratamento entre dois tipos societários. Precisa-se entender se essa diferenciação estaria comportada dentro do sistema constitucional, em especial no tocante ao princípio da igualdade, previsto no *caput* do artigo 5º da Constituição Federal de 1988<sup>75</sup>.

O primeiro ponto a ser entendido dentro da questão da igualdade, para Celso Antônio Bandeira de Mello<sup>76</sup>, é quanto a quem está destinado o texto constitucional. Embora a norma, uma vez editada, deva ser endereçada não somente aos indivíduos, mas também aos aplicadores e criadores da norma, que não podem se escusar de utilizar a determinação de igualdade no momento de criação ou aplicação da norma. Ainda, citando Aristóteles, o autor traz a célebre definição de que igualdade é tratar os iguais de forma paritária e os desiguais respeitando as suas idiossincrasias.

Contudo, para que a garantia constitucional de igualdade seja aplicada, é necessário que se consiga diferenciar quem seriam os “iguais” e quem seriam os “desiguais”, bem como quais tipos de igualdade ou desigualdade estariam passíveis de intervenção do legislador para discriminação de pessoas, coisas e situações.

A título de exemplo, o Autor apresenta um caso em que há homens altos e baixos, para afirmar que, utilizando essa mesma característica da pessoa, não seria possível usar uma discriminação proibindo os baixos de assinarem contratos de um determinado tipo, mas seria possível fazer restrições ao preenchimento de determinadas vagas do serviço militar, às quais o critério altura seria necessário. Com isso, o que se percebe como ponto nevrálgico dessa discussão é: quando está facultado à norma realizar algum tipo de *discrímen*?<sup>77</sup>

---

<sup>75</sup> Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes.

<sup>76</sup> MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **O conteúdo Jurídico do princípio da igualdade**. 3.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1999, p.9-11.

<sup>77</sup> *Ibidem*.

De modo a traçar uma doutrina que permita identificar os casos passíveis de discriminação, respeitado o princípio da igualdade, Celso Antônio Bandeira de Mello elenca três critérios de análise, abaixo elencados<sup>78</sup>:

- a) Identificação do Elemento objeto da desigualdade;
- b) Existência ou não de correlação lógica entre o fator erigido em critério de *discrímen* e a disparidade estabelecida no tratamento jurídico diversificado;
- c) A existência de relação entre a correlação lógica apresentada e os interesses garantidos pelo sistema constitucional.

Diante do exposto, passa-se à análise pormenorizada de cada um dos critérios, indicando se foram plenamente atendidos quando estipulou-se tratamento diferenciado entre Sociedades Anônimas e Sociedades Limitadas, no tocante à possibilidade de reserva de *ágio*.

## 6.1 IDENTIFICAÇÃO DO ELEMENTO OBJETO DA DESIGUALDADE

O critério de identificação do elemento objeto da desigualdade se desdobra em dois pontos: a) a impossibilidade de individualização do critério de *discrímen*; e ii) a necessidade de que o critério objeto da diferenciação esteja inserto na coisa, pessoa ou situação, o que será explicado<sup>79</sup>.

O primeiro elemento traz para análise o fato de que a diferenciação não pode estar direcionada para um objeto, coisa ou situação individualizada e já existente. Por exemplo, não poderia ser elaborada legislação que favorecesse o filho de Gilberto Gil. Por outro lado, não haveria impeditivo legal caso fosse editada lei que desejasse favorecer o primeiro brasileiro a inventar uma tecnologia que diminuísse a poluição dos rios brasileiros. Nesse último caso não há violação ao princípio da igualdade, na medida em que a norma não gera um favoritismo sobre um indivíduo específico.

Ressalte-se, mesmo que se procure criar uma norma de forma genérica, poderá haver descumprimento formal ou material da garantia de igualdade. Isso porque o sujeito, objeto ou

---

<sup>78</sup> MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **O conteúdo Jurídico do princípio da igualdade**. 3.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1999, *passim*.

<sup>79</sup> *Ibidem*, p. 23-25.



situação deve ser indeterminado e indeterminável no presente, para que se evite construções de norma que, em que pese genéricas, levem exclusivamente a um tipo de indivíduo, situação ou coisa de forma direcionada, gerando um favorecimento indevido

Quanto à necessidade de a qualidade ser do objeto, pessoa ou situação em si, o ponto é que não se podem ser feitas distinção entre coisas, pessoas ou situações por características que não lhe são pertencentes. O exemplo trazido por Celso Antônio Bandeira de Mello<sup>80</sup> ressalta que não seria consoante com o princípio da igualdade simplesmente conceder um benefício a grupo de médicos oriundos de um estado específico da federação.

Todavia, características específicas de um determinado estado poderiam ser privilegiadas com determinado *discrímen*, como é o caso, por exemplo, da zona franca de Manaus, em que diversos incentivos fiscais foram concedidos às empresas que se instalassem naquela região, de modo a desenvolver aquela localidade do país. A razão de ser de tal exigência é que, na medida em que a característica que justifique determinado *discrímen* não está na pessoa, coisa ou situação agraciada, o benefício dever-se-ia então ser concedido para o que está gerando a diferenciação, e não pela pessoa, coisa ou objeto afetado<sup>81</sup>.

## 6.2 EXISTÊNCIA OU NÃO DE CORRELAÇÃO LÓGICA ENTRE O FATOR ERIGIDO EM CRITÉRIO DE DISCRÍMEN E A DISPARIDADE ESTABELECIDADA NO TRATAMENTO JURÍDICO DIVERSIFICADO

O requisito da correlação lógica existe justamente para identificar se a relação firmada entre o fator erigido em critério de *discrímen* e a discriminação legal nele imputada possuem lógica. Tal requisito tem a função de identificar a juridicidade da diferenciação realizada, justificando a sua aceitação ou rejeição. É requisito que exige um exercício de racionalidade para confrontar as normas postas e identificar se elas possuem fundamento para existirem.

Em exemplo trazido por Celso Antônio Bandeira de Mello<sup>82</sup>, traz-se a leitura caso de existência de norma que faculta a pessoas com excesso de peso faltarem ao serviço de modo a

---

<sup>80</sup> MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **O conteúdo Jurídico do princípio da igualdade**. 3.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1999, p. 30-32.

<sup>81</sup> *Ibidem*.

<sup>82</sup> *Ibidem*, p.37-40.

participaram de congresso religioso. No caso apontado, a existência de sobrepreço não possui nenhuma relação lógica com a necessidade de assistir a congresso religioso. Existiria, talvez, correlação lógica para os casos de pessoas com alto nível de obesidade poderem se ausentar do trabalho por um determinado período, de modo a realizarem tratamento médico. Perceba-se que o mesmo objeto de discriminação por se tornar válido ou não a depender da correlação existente com o benefício concedido.

### 6.3 A EXISTÊNCIA DE RELAÇÃO ENTRE A CORRELAÇÃO LÓGICA APRESENTADA E OS INTERESSES GARANTIDOS PELO SISTEMA CONSTITUCIONAL

Como terceiro requisito, Celso Antônio Bandeira da Mello<sup>83</sup> aponta que, além da não individualização do sujeito, objeto ou situação, da existência de correlação lógica entre o objeto do discriminação e a diferenciação aplicada, deve-se atender os direitos protegidos no texto constitucional<sup>84</sup>.

É esse requisito que garantirá que a diferenciação não seja realizada sem critérios ou para beneficiar classes mais favorecidas, mas para assegurar o respeito a direitos constitucionalmente garantidos. O Autor exemplifica o presente critério de modo que se coaduna ao discutido no presente trabalho. Veja-se:

39. Assim, poder-se-ia demonstrar a existência de supedâneo racional, a dizer, nexos lógicos, em desequiparação entre grandes grupos empresariais e empresas de porte médio, de sorte a configurar situação detrimetosa para estas últimas e privilegiada para os primeiros, aos quais se outorgariam, por exemplo, favores fiscais sob fundamento de que graças à concentração de capital operam com maior nível de produtividade, ensejando desenvolvimento econômico realizado com menores desperdícios. A distinção estaria apoiada em real diferença entre uns e outras. Demais disso, existiria, no caso, um critério lógico suscetível de ser invocado, não se podendo falar em discriminação aleatório. **Sem embargo a desequiparação em pauta seria ofensiva ao preceito isonômico por adversar um valor constitucionalmente prestigiado e prestigiar um elemento constitucionalmente desvalorado.** (grifo nosso)<sup>85</sup>

Tal exemplo não se encaixaria dentre as garantias do texto constitucional, na medida em que há previsão no artigo 173, §4º, a garantia da livre concorrência e a vedação à concentração de mercado. No caso analisado no presente estudo, há claramente na decisão

<sup>83</sup> *Ibidem*, p.41-43.

<sup>84</sup> MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **O conteúdo Jurídico do princípio da igualdade**. 3.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1999, p.23-25.

<sup>85</sup> *Ibidem*, p.56.

exarada violação ao artigo 170 da Constituição Federal, que trata livre concorrência, no seu inciso IV, na medida em que favorece grupo de empresas que já possuem maior capacidade econômico-financeira (em regra).

Humberto Ávila, ao tratar das limitações do poder de tributar, narra que a questão tributária e o direito à igualdade está vinculada a existência de três itens, sendo eles: a) a existência de dois ou mais sujeitos ou situações de fato; b) qual a medida empregada na comparação (ou o objeto de comparação); e c) a finalidade da normativa da comparação ou diferenciação realizada. Além da existência necessária, o autor traz como cerne da discussão da igualdade a identificação de quais desigualdades são essenciais ao sistema constitucional, tornando necessária uma análise e sopesamento de princípios<sup>86</sup>.

Na mesma esteira da limitação do poder de tributar, defende que a liberdade e a propriedade classificam-se como limitações de primeiro grau e, quanto ao objeto, como limitação positiva, exigindo do poder público as medidas necessárias para atingimento dos ideais inerentes à livre iniciativa<sup>87</sup>.

Voltando a tratar de igualdade, discorre sobre os elementos que demonstram a vedação a que contribuintes sejam tratados de forma diferenciada sem uma justificativa razoável<sup>88</sup>. Para isso, qualquer tipo de distinção deverá ter elementos concretos, existentes e constitucionalmente fundados, ao tempo que não poderá violar princípios constitucionais como o da livre iniciativa<sup>89</sup>.

#### 6.4 O PRINCÍPIO DA IGUALDADE E EXTRAFISCALIDADE

Diante da análise do julgamento realizado pelo CARF à luz do princípio da igualdade, não se pode deixar de analisar aqui a possibilidade de distinção entre os tipos societário em decorrência de extrafiscalidade.

<sup>86</sup> ÁVILA, Humberto. **Sistema Constitucional Tributário**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2012, p.143.

<sup>87</sup> *Ibidem*, p. 398.

<sup>88</sup> Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios:

I - exigir ou aumentar tributo sem lei que o estabeleça;

II - instituir tratamento desigual entre contribuintes que se encontrem em situação equivalente, proibida qualquer distinção em razão de ocupação profissional ou função por eles exercida, independentemente da denominação jurídica dos rendimentos, títulos ou direitos;

<sup>89</sup> ÁVILA, Humberto. *Op. cit*, p.403-404.

Para Hugo de Brito Machado, extrafiscalidade é aplicar o tributo com finalidade indutora de comportamento social/ econômico ou regulatório. É muito comum que se mencionem os tributos passíveis de utilização extrafiscal aqueles vinculados ao mercado internacional, como impostos de importação e exportação ou sobre atividades financeiras, como o IOF, o que não impede que qualquer outro tributo seja utilizado com tal objetivo<sup>90</sup>.

Dessa forma, tem-se que a utilização da extrafiscalidade ocorre quando há o desejo de estimular ou desestimular um comportamento econômico pelo Estado, como, por exemplo, aumentar o imposto aplicado a cigarros e bebidas para desestimular o consumo ou quando reduzem tributos ou concede-se incentivos para instalação de indústrias em locais mais distantes dos centros comerciais do país, como a Zona Franca de Manaus.

Ao se falar de extrafiscalidade, no entanto, os critérios de verificação da constitucionalidade e legalidade da aplicação ou não da tributação devem ser avaliados de forma distinta, sobretudo quando se trata de capacidade contributiva e da igualdade. Ao adotar uma política extrafiscal, o Estado tem a intenção de incentivar ou coibir determinado comportamento dos contribuintes, então, necessariamente, cria-se dois grupos de contribuintes, os não afetados diretamente pela política e os afetados diretamente por ela (público a quem a política está direcionada)<sup>91</sup>.

Em uma primeira análise, por exemplo, o aumento de tributação sobre o cigarro em nada iria afetar os não fumantes (não afetados diretamente), mas tão somente os fumantes e os vendedores do produto. No entanto, dentro das classes dos fumantes, (destinatários da norma) a política extrafiscal pode passar a gerar desigualdades, inclusive dentro da capacidade contributiva, como no caso dos fumantes de alto poder aquisitivo que, até mesmo por se tratar de um produto de baixo valor agregado, não sofrerá nenhum efeito pecuniário relevante, o que seria bem diferente do fumante dependente químico que recebesse um salário mínimo, mas para tanto o fizesse em detrimento da aquisição de outras coisas mais importantes para sua vida.

---

<sup>90</sup> MACHADO, Hugo de Brito Machado Segundo. Ciência do direito tributário, economia comportamental e extrafiscalidade. In. <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/5252/3853>, pág. 642

<sup>91</sup> FOLLONI, André. Isonomia na tributação extrafiscal. **Revista Direito GV**. v.10. n.1. São Paulo, jan./jun. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-24322014000100008&lng=en&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322014000100008&lng=en&tlng=en)>. Acesso em: 07/07/2019 11:50

Dessa forma, se não observada adequadamente, a adoção de políticas extrafiscais pode gerar distorções dentro do mesmo grupo de contribuinte<sup>92</sup>.

O mesmo deve ser verificado no caso analisado, mesmo em se admitindo que a norma tenha sido, em verdade, parte de uma política extrafiscal, os seus efeitos devem ser levados em consideração, para verificar se a adoção da política iria conforme os ditames da constituição.

Não há dúvidas, tendo em vista que já foi explanado no histórico da legislação, que, quando da sua criação, a possibilidade de alocação do ágio como reserva de capital se deu no intuito de desenvolver o mercado de capitais, contudo, têm que se identificar a sua constitucionalidade de interpretação na conjuntura atual.

Para se implantar uma política fiscal, é necessário que sejam observados critérios, dentre eles os da adequação, proporcionalidade e da necessidade, bem como verificar a não colisão da norma e dos princípios constitucionais que visam ser protegidos com outros de maior relevância no sopesamento<sup>93</sup>.

No caso estudado aqui, admitir o legislador estaria autorizado a promover a política extrafiscal da forma como foi realizada que aceitar que: a) o desenvolvimento econômico do mercado de capitais poderia superar preceitos constitucionais como igualdade, desenvolvimento dos negócio e pequenas empresas (esse ponto ficará justificado mais a frente, ao analisar as empresas brasileiras); e b) não haveria violação do critério necessidade para o desenvolvimento da política extrafiscal, uma vez que o objetivo de desenvolvimento do mercado de capitais, hoje, já pode ser considerado exitoso.

Sendo assim, mesmo admitir que a legislação só deveria ser aplicável às sociedades anônimas em decorrência de políticas extrafiscais não demonstra atender os requisitos necessários para sua manutenção.

---

<sup>92</sup> FOLLONI, André. Isonomia na tributação extrafiscal. **Revista Direito GV**. v.10. n.1. São Paulo, jan./jun. 2014. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1808-24322014000100008&lng=en&tlng=en](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1808-24322014000100008&lng=en&tlng=en)>. Acesso em: 07/07/2019 11:50

<sup>93</sup> *Ibidem*

## 7 O LUCRO E SUA APLICAÇÃO JURÍDICA NO CASO

Um dos elementos para entendimento relevante de presente caso é o lucro. O Lucro é o resultado positivo de uma operação individual ou da atividade empresarial de uma sociedade ou empresa. Para Alessandra Fuji<sup>94</sup>, o lucro econômico é o resultado do incremento de patrimônio líquido, que, por sua vez, é medido pela capitalização de resultados líquidos futuros. A referida autora traz, ainda, as principais diferenciações entre lucro contábil e lucro econômico, como pode ser visto na figura abaixo:

Tabela 4

Lucro Contábil	Lucro Econômico
Maior Objetividade.	Maior Subjetividade.
Apurado pelo confronto entre receitas realizadas pelas vendas e custos consumidos (ativos expirados).	Apurado pelo incremento no valor presente do Patrimônio Líquido.
Os ativos são avaliados na base de custos originais.	Os ativos são avaliados pelo valor presente do fluxo de benefícios futuros.
O Patrimônio Líquido aumenta pelo lucro.	O lucro deriva do aumento do Patrimônio Líquido da entidade.
Ênfase em Custos.	Ênfase em Valores.
Não reconhece ganhos não realizados.	Reconhecimento de ganhos realizados e não realizados.
Não se efetuam ajustes em função de mudanças nos níveis de preços dos bens na economia.	São efetuados ajustes devidos a mudanças nos níveis de preços dos bens na economia.
“Amarração” do lucro à condição de distribuição de dividendos.	“Amarração” do lucro à condição de aumento da riqueza, independentemente da condição de distribuição de dividendos.
Não reconhecimento do “Goodwill”.	Reconhecimento do “Goodwill”.
Utilização de regras e de critérios dogmáticos.	Utilização de regras e critérios econômicos.

A análise dos critérios considerados na apuração de cada tipo de lucro é bastante vasta. Contudo, para o objeto da presente pesquisa, o que importa é a apuração do lucro nos termos da legislação, que envolve a base contábil com as suas alterações.

<sup>94</sup> FUJI, Alessandra Hirano. O Conceito de Lucro Econômico no âmbito da Contabilidade Aplicada. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, n.36, São Paulo, set./dez. 2004, p.74-86.

Como visto no tópico anterior, as sociedades limitadas devem ter a sua apuração contábil do lucro líquido nos mesmos moldes que as sociedades anônimas, por força do Decreto 1.598/1977, em seu artigo 67, inciso XI<sup>95</sup>.

Em condições puramente mercantis, o lucro seria calculado através da subtração do valor obtido com a venda, do custo do produto e suas despesas para a venda. Como há a presença do Estado, o cálculo do lucro passa a ter no seu cômputo o valor dos tributos (impostos, taxas, contribuições etc.), sendo que tais tributos podem ser vinculados (como é o caso de taxas de licenciamento para venda daquele produto) ou sem nenhum tipo de vinculação (como é o caso do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS).

Após a incidência dos tributos individuais, haverá a tributação sobre a renda auferida, cuja forma de cálculo é determinada pela Legislação específica: anteriormente determinada pelos artigos 247 e 248 do Decreto Lei 3.000<sup>96</sup>, que tratava do Regulamento do Imposto de Renda – RIR; e, atualmente, pelos artigos 258 e 259 do Decreto 9.580/18<sup>97</sup>.

---

<sup>95</sup> Art 67 - Este Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação e a legislação do imposto sobre a renda das pessoas jurídicas será aplicada, a partir de 1º de janeiro de 1978, de acordo com as seguintes normas:  
[...]

XI - o lucro líquido do exercício deverá ser apurado, a partir do primeiro exercício social iniciado após 31 de dezembro de 1977, com observância das disposições da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

<sup>96</sup> Art. 247. Lucro real é o lucro líquido do período de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas por este Decreto-lei (Decreto-lei nº 1.598, de 1977, art. 6º).

§ 1º A determinação do lucro real será precedida da apuração do lucro líquido de cada período de apuração com observância das disposições das leis comerciais (Lei nº 8.981, de 1995, art. 37, § 1º).

§ 2º Os valores que, por competirem a outro período de apuração, forem, para efeito de determinação do lucro real, adicionados ao lucro líquido do período de apuração, ou dele excluídos, serão, na determinação do lucro real do período de apuração competente, excluídos do lucro líquido ou a ele adicionados, respectivamente, observado o disposto no parágrafo seguinte (Decreto-lei nº 1.598, de 1977, art. 6º, § 4º).

§ 3º Os valores controlados na parte "B" do Livro de Apuração do Lucro Real - LALUR, existentes em 31 de dezembro de 1995, somente serão atualizados monetariamente até essa data, observada a legislação então vigente, ainda que venham a ser adicionados, excluídos ou compensados em períodos de apuração posteriores (Lei nº 9.249, de 1995, art. 6º).

Art. 248. O lucro líquido do período de apuração é a soma algébrica do lucro operacional (Capítulo V), dos resultados não operacionais (Capítulo VII), e das participações, e deverá ser determinado com observância dos preceitos da lei comercial (Decreto-lei nº 1.598, de 1977, art. 6º, § 1º, Lei nº 7.450, de 1985, art. 18, e Lei nº 9.249, de 1995, art. 4º).

<sup>97</sup> Art. 258. O lucro real é o lucro líquido do período de apuração ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas por este Regulamento (Decreto-lei nº 1.598, de 1977, art. 6º, caput).

§ 1º A determinação do lucro real será precedida da apuração do lucro líquido de cada período de apuração em observância às disposições das leis comerciais (Lei nº 8.981, de 1995, art. 37, § 1º).

§ 2º Os valores que, por competirem a outro período de apuração, forem, para efeito de determinação do lucro real, adicionados ao lucro líquido do período de apuração, ou dele excluídos, serão, na determinação do lucro real do período de apuração competente, excluídos do lucro líquido ou a ele adicionados, respectivamente (Decreto-lei nº 1.598, de 1977, art. 6º, § 4º).

Art. 259. O lucro líquido do período de apuração é a soma algébrica do lucro operacional, das demais receitas e despesas, e das participações, e deverá ser determinado em observância aos preceitos da lei comercial (Decreto-

Ou seja, para apuração do valor do lucro real e, consequentemente, do Imposto de Renda a pagar, faz-se necessária a apuração de duas etapas, sendo a primeira o cálculo do lucro líquido e, após isso, a alocação dos acréscimos e abatimentos previstos pela norma, que devem ser aqui descritos.

Primeiramente, tratar-se-á do Lucro Líquido, que, nos termos do artigo 248 do Decreto 3.000/99: *“é a soma algébrica do lucro operacional (Capítulo V), dos resultados não operacionais (Capítulo VII), e das participações, e deverá ser determinado com observância dos preceitos da lei comercial”*. O mesmo pode ser visto nas disposições do novo regulamento do imposto de renda, o Decreto 9.580/18<sup>98</sup>, como será descrito abaixo:

Lucro líquido é representado pela seguinte fórmula:  $(Lul = Lopr + Rnopr + Par)$ , na qual:

- a) Lul – Lucro Líquido;
- b) Lopr = Lucro Operacional;
- c) Rnopr = Receita não operacional; e
- d) Par = Participações.

O Conceito de cada um dos itens da fórmula do lucro operacional é definido na própria Legislação. Com isso, segue-se para os artigos 277<sup>99</sup> do mesmo regulamento e 289 do novo regramento do imposto de renda, Decreto 9.580/18, que determinam o lucro operacional e os artigos 418<sup>100</sup> (antigo regramento) e 501 (novo regramento) que tratam do resultado não operacional.

---

lei nº 1.598, de 1977, art. 6º, § 1º, e art. 67, caput, inciso XI; Lei nº 7.450, de 1985, art. 18; e Lei nº 9.249, de 1995, art. 4º).

<sup>98</sup> Art. 259. O lucro líquido do período de apuração é a soma algébrica do lucro operacional, das demais receitas e despesas, e das participações, e deverá ser determinado em observância aos preceitos da lei comercial

<sup>99</sup> **Lucro Operacional:**

Art. 277 e 289. Será classificado como lucro operacional o resultado das atividades, principais ou acessórias, que constituam objeto da pessoa jurídica.

<sup>100</sup> **Resultado Não Operacional:**

Art. 418. Serão classificados como ganhos ou perdas de capital, e computados na determinação do lucro real, os resultados na alienação, na desapropriação, na baixa por perecimento, extinção, desgaste, obsolescência ou exaustão, ou na liquidação de bens do ativo permanente.

(Nova Norma). Art. 501. Serão classificados como ganhos ou perdas de capital e computados, para fins de determinação do lucro real, os resultados na alienação, na desapropriação, na baixa por perecimento, na extinção, no desgaste, na obsolescência ou na exaustão, ou na liquidação de bens do ativo não circulante, classificados como investimentos, imobilizado ou intangível (Decreto-lei nº 1.598, de 1977, art. 31, caput).



As participações, que são o último elemento da formula do lucro líquido, são os investimentos realizados pela sociedade em outras, possuindo tratamento diverso a depender de nível de influência em outra sociedade, sendo tratados como: i) ativos financeiros, quando não concedam benefícios políticos significativos; ii) investimento em coligada, quando detentores de direitos políticos significativos; iii) investimento em *joint venture*, quando há direitos políticos suficientes para controle conjunto; e iv) investimento em controlada, quando há controle total sobre a investida.

Uma vez calculado o lucro líquido, passa-se à realização dos acréscimos e abatimentos previstos na norma para apuração do imposto. Quais sejam, as exclusões e adições previstas nas normas, que remetem ao artigo 6º<sup>101</sup> do Decreto 1.598/77.

---

<sup>101</sup> Art. 6º Lucro real é o lucro líquido do exercício ajustado pelas adições, exclusões ou compensações prescritas ou autorizadas pela legislação tributária.

§ 1º O lucro líquido do exercício é a soma algébrica de lucro operacional (art. 11), dos resultados não operacionais, do saldo da conta de correção monetária (art. 51) e das participações, e deverá ser determinado com observância dos preceitos da lei comercial.

§ 2º Na determinação do lucro real serão adicionados ao lucro líquido do exercício:

a) os custos, despesas, encargos, perdas, provisões, participações e quaisquer outros valores deduzidos na apuração do lucro líquido que, de acordo com a legislação tributária, não sejam dedutíveis na determinação do lucro real;

b) os resultados, rendimentos, receitas e quaisquer outros valores não incluídos na apuração do lucro líquido que, de acordo com a legislação tributária, devam ser computados na determinação do lucro real.

§ 3º Na determinação do lucro real poderão ser excluídos do lucro líquido do exercício:

a) os valores cuja dedução seja autorizada pela legislação tributária e que não tenham sido computados na apuração do lucro líquido do exercício;

b) os resultados, rendimentos, receitas e quaisquer outros valores incluídos na apuração do lucro líquido que, de acordo com a legislação tributária, não sejam computados no lucro real;

c) os prejuízos de exercícios anteriores, observado o disposto no artigo 64.

§ 4º Os valores que, por competirem a outro período-base, forem, para efeito de determinação do lucro real, adicionados ao lucro líquido do exercício, ou dele excluídos, serão, na determinação do lucro real do período competente, excluídos do lucro líquido ou a ele adicionados, respectivamente.

§ 5º A inexistência quanto ao período-base de escrituração de receita, rendimento, custo ou dedução, ou do reconhecimento de lucro, somente constitui fundamento para lançamento de imposto, diferença de imposto, correção monetária ou multa, se dela resultar:

a) a postergação do pagamento do imposto para exercício posterior ao em que seria devido; ou

b) a redução indevida do lucro real em qualquer período-base.

§ 6º O lançamento de diferença de imposto com fundamento em inexistência quanto ao período-base de competência de receitas, rendimentos ou deduções será feito pelo valor líquido, depois de compensada a diminuição do imposto lançado em outro período-base a que o contribuinte tiver direito em decorrência da aplicação do disposto no § 4º.

§ 7º O disposto nos §§ 4º e 6º não exclui a cobrança de correção monetária e juros de mora pelo prazo em que tiver ocorrido postergação de pagamento do imposto em virtude de inexistência quanto ao período de competência.

As adições e exclusões do lucro líquido são previstas nos artigos 249<sup>102</sup> e 250<sup>103</sup> do Decreto 3.000/99, sendo o primeiro referente às adições e o último demarcatório das exclusões.

<sup>102</sup> Art. 249. Na determinação do lucro real, serão adicionados ao lucro líquido do período de apuração (Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 6º, § 2º):

I - os custos, despesas, encargos, perdas, provisões, participações e quaisquer outros valores deduzidos na apuração do lucro líquido que, de acordo com este Decreto, não sejam dedutíveis na determinação do lucro real;  
II - os resultados, rendimentos, receitas e quaisquer outros valores não incluídos na apuração do lucro líquido que, de acordo com este Decreto, devam ser computados na determinação do lucro real.

Parágrafo único. Incluem-se nas adições de que trata este artigo:

I - ressalvadas as disposições especiais deste Decreto, as quantias tiradas dos lucros ou de quaisquer fundos ainda não tributados para aumento do capital, para distribuição de quaisquer interesses ou destinadas a reservas, quaisquer que sejam as designações que tiverem, inclusive lucros suspensos e lucros acumulados (Decreto-Lei nº 5.844, de 1943, art. 43, § 1º, alíneas "f", "g" e "i");

II - os pagamentos efetuados à sociedade civil de que trata o § 3º do art. 146 quando esta for controlada, direta ou indiretamente, por pessoas físicas que sejam diretores, gerentes, controladores da pessoa jurídica que pagar ou creditar os rendimentos, bem como pelo cônjuge ou parente de primeiro grau das referidas pessoas (Decreto-Lei nº 2.397, de 21 de dezembro de 1987, art. 4º);

III - os encargos de depreciação, apropriados contabilmente, correspondentes ao bem já integralmente depreciado em virtude de gozo de incentivos fiscais previstos neste Decreto;

IV - as perdas incorridas em operações iniciadas e encerradas no mesmo dia (day-trade), realizadas em mercado de renda fixa ou variável (Lei nº 8.981, de 1995, art. 76, § 3º);

V - as despesas com alimentação de sócios, acionistas e administradores, ressalvado o disposto na alínea "a" do inciso II do art. 622 (Lei nº 9.249, de 1995, art. 13, inciso IV);

VI - as contribuições não compulsórias, exceto as destinadas a custear seguros e planos de saúde, e benefícios complementares assemelhados aos da previdência social, instituídos em favor dos empregados e dirigentes da pessoa jurídica (Lei nº 9.249, de 1995, art. 13, inciso V);

VII - as doações, exceto as referidas nos arts. 365 e 371, caput (Lei nº 9.249, de 1995, art. 13, inciso VI);

VIII - as despesas com brindes (Lei nº 9.249, de 1995, art. 13, inciso VII);

IX - o valor da contribuição social sobre o lucro líquido, registrado como custo ou despesa operacional (Lei nº 9.316, de 22 de novembro de 1996, art. 1º, caput e parágrafo único);

X - as perdas apuradas nas operações realizadas nos mercados de renda variável e de swap, que excederem os ganhos auferidos nas mesmas operações (Lei nº 8.981, de 1995, art. 76, § 4º);

XI - o valor da parcela da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS, compensada com a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, de acordo com o art. 8º da Lei nº 9.718, de 1998 (Lei nº 9.718, de 1998, art. 8º, § 4º).

<sup>103</sup> Art. 250. Na determinação do lucro real, poderão ser excluídos do lucro líquido do período de apuração (Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 6º, § 3º):

I - os valores cuja dedução seja autorizada por este Decreto e que não tenham sido computados na apuração do lucro líquido do período de apuração;

II - os resultados, rendimentos, receitas e quaisquer outros valores incluídos na apuração do lucro líquido que, de acordo com este Decreto, não sejam computados no lucro real;

III - o prejuízo fiscal apurado em períodos de apuração anteriores, limitada a compensação a trinta por cento do lucro líquido ajustado pelas adições e exclusões previstas neste Decreto, desde que a pessoa jurídica mantenha os livros e documentos, exigidos pela legislação fiscal, comprobatórios do prejuízo fiscal utilizado para compensação, observado o disposto nos arts. 509 a 515 (Lei nº 9.065, de 1995, art. 15 e parágrafo único).

Parágrafo único. Também poderão ser excluídos:

a) os rendimentos e ganhos de capital nas transferências de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária, quando auferidos pelo desapropriado (CF, art. 184, § 5º);

b) os dividendos anuais mínimos distribuídos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento (Decreto-Lei nº 2.288, de 1986, art. 5º, e Decreto-Lei nº 2.383, de 1987, art. 1º);

c) os juros produzidos pelos Bônus do Tesouro Nacional - BTN e pelas Notas do Tesouro Nacional - NTN, emitidos para troca voluntária por Bônus da Dívida Externa Brasileira, objeto de permuta por dívida externa do setor público, registrada no Banco Central do Brasil, bem assim os referentes aos Bônus emitidos pelo Banco Central do Brasil, para os fins previstos no art. 8º do Decreto-Lei nº 1.312, de 15 de fevereiro de 1974, com a redação dada pelo Decreto-Lei nº 2.105, de 24 de janeiro de 1984 (Lei nº 7.777, de 19 de junho de 1989, arts. 7º e 8º, e Medida Provisória nº 1.763-64, de 11 de março de 1999, art. 4º);

Na nota de rodapé se transcrevem os artigos para que se possa entender qual a delimitação da lei para as adições e exclusões e em que se pauta a norma para cálculo do imposto.

Além do artigo 249, a Legislação traz em artigos esparsos outros itens que devem ser adicionados ao lucro líquido para fins de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ, como são os casos dos artigos 335, 344, 365, 371, 389, 463 do Decreto 3.000/99 e outros artigos de normas que tratam sobre o tema.

Ao tratar das exclusões, no artigo 250, o Decreto 3.000/99 exclui do cálculo do lucro todos os itens nele elencados.

---

d) os juros reais produzidos por Notas do Tesouro Nacional - NTN, emitidas para troca compulsória no âmbito do Programa Nacional de Privatização - PND, controlados na parte "B" do LALUR, os quais deverão ser computados na determinação do lucro real no período do seu recebimento (Lei nº 8.981, de 1995, art. 100);  
e) a parcela das perdas adicionadas conforme o disposto no inciso X do parágrafo único do art. 249, a qual poderá, nos períodos de apuração subseqüentes, ser excluída do lucro real até o limite correspondente à diferença positiva entre os ganhos e perdas decorrentes das operações realizadas nos mercados de renda variável e operações de swap (Lei nº 8.981, de 1995, art. 76, § 5º).

O mesmo se aplica no novo regramento do Imposto de Renda, dessa vez em seus artigos 260<sup>104</sup> (adições) e 261<sup>105</sup> (Exclusões e compensações):

<sup>104</sup> Art. 260. Na determinação do lucro real, serão adicionados ao lucro líquido do período de apuração (Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 6º, § 2º):

I - os custos, as despesas, os encargos, as perdas, as provisões, as participações e quaisquer outros valores deduzidos na apuração do lucro líquido que, de acordo com o disposto neste Regulamento, não sejam dedutíveis na determinação do lucro real; e

II - os resultados, os rendimentos, as receitas e quaisquer outros valores não incluídos na apuração do lucro líquido que, de acordo com o disposto neste Regulamento, devam ser computados na determinação do lucro real. Parágrafo único. Incluem-se nas adições de que trata este artigo:

I - ressalvadas as disposições especiais deste Regulamento, as quantias retiradas dos lucros ou de fundos ainda não tributados para aumento do capital, para distribuição de interesses ou destinadas a reservas, quaisquer que sejam as designações que tiverem, inclusive lucros suspensos e lucros acumulados (Decreto-Lei nº 5.844, de 1943, art. 43, § 1º, alíneas “f”, “g” e “i”);

II - os pagamentos efetuados à sociedade simples quando esta for controlada, direta ou indiretamente (Decreto-Lei nº 2.397, de 21 de dezembro de 1987, art. 4º):

a) por pessoas físicas que sejam diretores, gerentes, controladores da pessoa jurídica que pagar ou creditar os rendimentos; e

b) por cônjuge ou parente de primeiro grau de diretores, gerentes, controladores da pessoa jurídica que pagar ou creditar os rendimentos;

III - as perdas incorridas em operações iniciadas e encerradas no mesmo dia (day-trade), realizadas em mercado de renda fixa ou variável (Lei nº 8.981, de 1995, art. 76, § 3º);

IV - as despesas com alimentação de sócios, acionistas e administradores, ressalvado o disposto na alínea “a” do inciso II do caput do art. 679 (Lei nº 9.249, de 1995, art. 13, caput, inciso IV);

V - as contribuições não compulsórias, exceto aquelas destinadas a custear seguros e planos de saúde, e benefícios complementares assemelhados aos da previdência social, instituídos em favor dos empregados e dos dirigentes da pessoa jurídica (Lei nº 9.249, de 1995, art. 13, caput, inciso V);

VI - as doações, exceto aquelas a que se referem o art. 377 e o caput do art. 385 (Lei nº 9.249, de 1995, art. 13, caput, inciso VI);

VII - as despesas com brindes (Lei nº 9.249, de 1995, art. 13, caput, inciso VII);

VIII - o valor da CSLL, registrado como custo ou despesa operacional (Lei nº 9.316, de 22 de novembro de 1996, art. 1º, caput e parágrafo único);

IX - as perdas apuradas nas operações realizadas nos mercados de renda variável e de swap que excederem os ganhos auferidos nas mesmas operações (Lei nº 8.981, de 1995, art. 76, § 4º);

X - o valor correspondente ao reconhecimento da realização das receitas originárias de planos de benefícios administrados por entidades fechadas de previdência complementar (pessoa jurídica patrocinadora), que foram registradas contabilmente pelo regime de competência, na forma estabelecida pela CVM ou por outro órgão regulador (Lei nº 11.948, de 16 de junho de 2009, art. 5º);

XI - os resultados negativos das operações realizadas com os seus associados, na hipótese de sociedades cooperativas que obedecerem ao disposto na legislação específica que não tenham por objeto a compra e o fornecimento de bens aos consumidores (Lei nº 5.764, de 1971, art. 3º e art. 4º; e Lei nº 9.532, de 1997, art. 69);

XII - o valor correspondente à depreciação ou à amortização constante da escrituração comercial, a partir do período de apuração em que o total da depreciação ou da amortização acumulada, incluídas a contábil e a acelerada incentivada, atingir o custo de aquisição do bem (Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 6º, § 2º, alínea “a”); e

XIII - o saldo da depreciação e da amortização acelerada incentivada existente na parte “B” do Lalur, na hipótese de alienação ou de baixa a qualquer título do bem (Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 6º, § 2º, alínea “a”).

<sup>105</sup> Art. 261. Na determinação do lucro real, poderão ser excluídos do lucro líquido do período de apuração (Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 6º, § 3º):

I - os valores cuja dedução seja autorizada por este Regulamento e que não tenham sido computados na apuração do lucro líquido do período de apuração;

II - os resultados, os rendimentos, as receitas e outros valores incluídos na apuração do lucro líquido que, de acordo com o disposto neste Regulamento, não sejam computados no lucro real; e

III - o prejuízo fiscal apurado em períodos de apuração anteriores, limitada a compensação a trinta por cento do lucro líquido ajustado pelas adições e exclusões previstas neste Regulamento, desde que a pessoa jurídica mantenha os livros e os documentos exigidos pela legislação fiscal, comprobatórios do prejuízo fiscal utilizado

O ponto cerne desse tópico é que a legislação, ao tratar da tributação, não discerne os tipos societários, muito pelo contrário, determina que se aplique aos dois tipos societários a mesma legislação e mesma forma de contabilidade. Não há na legislação elemento que determine a diferenciação do lucro entre as duas sociedades.

Note-se, também, que para o referido cálculo, o legislador, como dito alhures, não deixou para o mercado ou de forma aberta o conceito de lucro e seus derivados do cálculo, trazendo para si a responsabilidade de conceituar o lucro.

Ocorre que, no momento em que o julgador forma seu entendimento no sentido de que o ágio na subscrição de quotas de sociedade limitada não é passível de reserva para posterior

---

para compensação, observado o disposto no art. 514 ao art. 521 (Lei nº 9.065, de 20 de junho de 1995, art. 15, caput e parágrafo único).

Parágrafo único. Também poderão ser excluídos:

I - os rendimentos e os ganhos de capital nas transferências de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária, quando auferidos pelo desapropriado (Constituição, art. 184, § 5º);

II - os dividendos anuais mínimos distribuídos pelo FND (Decreto-Lei nº 2.288, de 1986, art. 5º);

III - os juros reais produzidos por Notas do Tesouro Nacional, emitidas para troca compulsória no âmbito do PND, controlados na parte “B” do LALUR, os quais deverão ser computados na determinação do lucro real no período do seu recebimento (Lei nº 8.981, de 1995, art. 100);

IV - a parcela das perdas adicionadas conforme o disposto no inciso IX do parágrafo único do art. 260, a qual poderá, nos períodos de apuração subsequentes, ser excluída do lucro real até o limite correspondente à diferença positiva entre os ganhos e as perdas decorrentes das operações realizadas nos mercados de renda variável e operações de swap (Lei nº 8.981, de 1995, art. 76, § 5º);

V - as reversões dos saldos das provisões não dedutíveis (Decreto-Lei nº 1.598, de 1977, art. 6º, § 3º, alínea “b”);

VI - o valor correspondente às receitas originárias de planos de benefícios administrados por entidades fechadas de previdência complementar (pessoa jurídica patrocinadora), registradas contabilmente pelo regime de competência, na forma estabelecida pela CVM ou por outro órgão regulador, para reconhecimento na data de sua realização (Lei nº 11.948, de 2009, art. 5º);

VII - a compensação fiscal efetuada pelas emissoras de rádio e televisão e pelas empresas concessionárias de serviços públicos de telecomunicações obrigadas ao tráfego gratuito de sinais de televisão e rádio, pela cedência do horário gratuito, na forma estabelecida na legislação específica (Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, art. 52, parágrafo único; Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, art. 99, caput e § 1º; e Decreto nº 7.791, de 17 de agosto de 2012);

VIII - as receitas decorrentes de valores em espécie pagos ou creditados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, relativos ao ICMS e ao ISS, no âmbito de programas de concessão de crédito destinados ao estímulo à solicitação de documento fiscal na aquisição de mercadorias e serviços (Lei nº 11.945, de 4 de junho de 2009, art. 4º);

IX - a parcela equivalente à redução do valor das multas, dos juros e do encargo legal em decorrência do disposto nos art. 1º ao art. 3º da Lei nº 11.941, de 2009 (Lei nº 11.941, de 2009, art. 4º, parágrafo único);

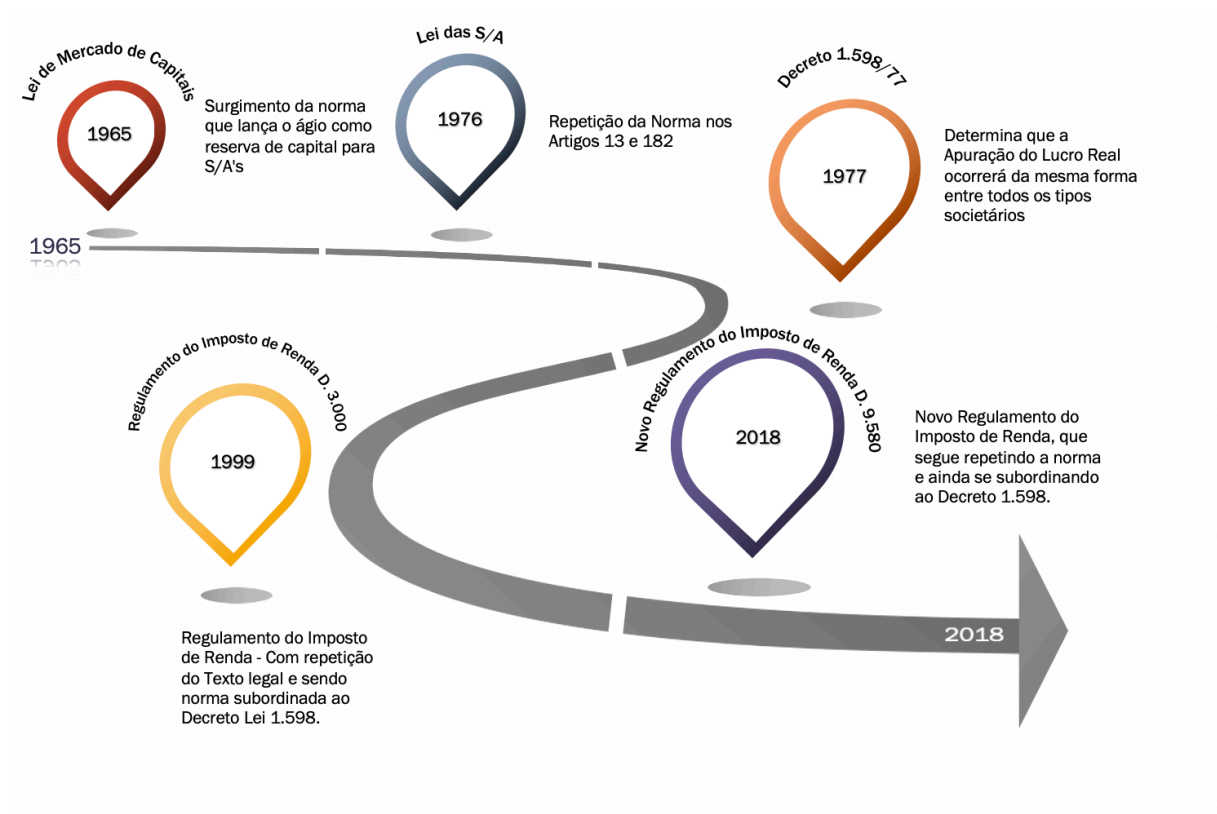
X - o valor das quotas de fundo que tenha por único objetivo a cobertura suplementar dos riscos do seguro rural nas modalidades agrícola, pecuária, agrícola e florestal, as quais sejam adquiridas por seguradoras, resseguradoras e empresas agroindustriais (Lei Complementar nº 137, de 26 de agosto de 2010, art. 1º e art. 8º, caput, inciso I); e

XI - o crédito presumido de IPI de que trata o Inovar-Auto (Lei nº 12.715, de 2012, art. 41, § 7º, inciso II).

aproveitamento, ele cria uma diferenciação entre os tipos societários aqui analisados, o que, como visto no tópico anterior, não seria permitido pela constituição.

A decisão proferida pelo CARF se mostra criadora de um verdadeiro paradoxo na legislação, pois veja-se a linha do tempo.

Figura 2



Com a decisão proferida, seguir o entendimento nela apresentado pelos julgadores induz a sociedade a um outro problema. Acaso a sociedade não lance o ágio na subscrição de quotas como reserva de capital, a sociedade automaticamente irá incorrer na violação de não apurar o Lucro Real nos moldes determinados pela Lei. Ou seja: se ele lançar o ágio como reserva de capital, descumpre a decisão; acaso não lance, descumpre a norma determinando realizar a apuração do lucro real nos mesmos moldes das sociedades anônimas. Sendo assim, não há razões para o referido argumento ser mantido.

## 8 O IMPACTO DO POSICIONAMENTO DO CARF EM CRITÉRIOS DE ECONOMIA

Esse capítulo traz um elemento que se mostra muito relevante no momento atual da sociedade brasileira, que é a análise do ponto de vista econômico do problema em um momento que o país está em meio a uma crise que impacta todo tipo de empresa que cada real economizado se mostra relevante na recuperação do mercado , geração de emprego e até mesmo o aumento da arrecadação de impostos, que é consequência de todos esses fatores.

Antes de se adentrar em uma análise direcionada para o aspecto econômico, é preciso entender alguns números que permeiam a discussão sobre sociedades anônimas e sociedades limitadas e que de alguma forma impactam na decisão de cada empresário no momento de estruturar uma sociedade ou de desenvolver uma companhia.

Primeiramente, tem que se entender como é dividida a proporção entre os tipos societários estudados no cenário brasileiro para, após isso, passar-se para uma breve análise de custos de manutenção dos tipos societários e os impactos da decisão do CARF.

### 8.1 A PROPORÇÃO DOS TIPOS SOCIETÁRIOS

É de conhecimento comum entre aqueles que atuam na área societária que no Brasil o volume sociedades anônimas é significativamente inferior ao número de sociedades limitadas. A título exemplificativo, têm-se as estatísticas divulgadas por algumas das juntas comerciais ao longo do país para o ano de 2018.

Como pode ser visto da análise das informações da Junta Comercial de Minas Gerais, abaixo apresentada, o número de sociedades limitadas constituídas no ano de 2018 foi mais de 80 (oitenta) vezes maior que a quantidade de sociedades anônimas abertas<sup>106</sup>.

---

<sup>106</sup> **JUCEMG** – Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. Estatísticas 2018. Disponível em: <<https://www.jucemg.mg.gov.br/ibr/informacoes+estatisticas+estatisticas-2018>>. Acesso em: 5 mar. 2018.

Tabela 5

Constituições		Junta Comercial de Minas Gerais					
Mês / Tipo Societário	Empresário	LTDA	S/A	Cooperativa	Outros	Eireli	TOTAL
Janeiro	1279	1516	34	2	12	727	3.570
Fevereiro	1070	1388	19	3	9	684	3.173
Março	1552	2137	9	1	9	952	4.660
Abril	1472	1913	15	7	11	880	4.298
Maio	1475	1866	15	6	12	885	4.259
Junho	1331	1749	34	5	8	851	3.978
Julho	1404	1704	24	2	11	866	4.011
Agosto	1585	1937	24	6	16	918	4.486
Setembro	1306	1619	18	5	4	780	3.732
Outubro	1.384	1.847	13	5	9	857	4.115
Novembro	1133	1561	21	4	12	740	3.471
Dezembro	997	1305	25	7	11	632	2.977
<b>TOTAL</b>	<b>15.988</b>	<b>20.542</b>	<b>251</b>	<b>53</b>	<b>124</b>	<b>9.772</b>	<b>46.730</b>

O mesmo pode ser verificado da junta comercial do Rio de Janeiro para o ano de 2018, em que o número de limitadas constituídas representa mais de 107 (cento e sete) vezes a quantidade de sociedades anônimas.<sup>107</sup>

Tabela 6

Constituições		Junta Comercial do Rio de Janeiro					
Mês / Tipo Societário	Empresário	LTDA	S/A	Cooperativa	Outros	Eireli	TOTAL
Janeiro	593	1779	31	9	17	935	3.364
Fevereiro	461	1365	24	4	4	856	2.714
Março	595	1862	17	8	8	1128	3.618
Abril	625	1920	16	6	3	1167	3.737
Maio	704	1988	12	5	5	1119	3.833
Junho	844	1962	13	5	3	1258	4.085
Julho	830	1983	10	4	14	1390	4.231
Agosto	924	2169	22	9	8	1588	4.720
Setembro	826	1934	14	6	12	1324	4.116
Outubro	848	2.083	11	5	7	1350	4.304
Novembro	856	1743	33	1	8	1117	3.758
Dezembro	2373	1626	6	1	4	1105	5.115
<b>TOTAL</b>	<b>10.479</b>	<b>22.414</b>	<b>209</b>	<b>63</b>	<b>93</b>	<b>14.337</b>	<b>47.595</b>

No estado da Bahia, pode ser verificado o mesmo tipo de disparidade, em que pese em uma proporção menor, 22 (vinte e duas) vezes mais limitadas do que sociedades anônimas, mas que se justifica em razão de o número absoluto de empresas constituídas na referida junta comercial representar quase metade do apurado nos demais estados analisados<sup>108</sup>.

<sup>107</sup> JUCERJA – Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Constituição de Empresas no Ano de 2018.

Disponível em:

<<https://www.jucerja.rj.gov.br/Informacoes/EstatisticaSimples?AnoBaseConsulta=2018&TipoDeConsulta=1&CodigoEscritorio=00&CodigoEscritorio=N>>. Acesso em: 5 mar. 2019.

<sup>108</sup> JUCEB – Junta Comercial do Estado da Bahia. Quantitativo de Constituições de Empresas. Disponível em:

<<http://www.juceb2.ba.gov.br/const.asp?Ano=2018>>. Acesso em: 5 mar. 2019.



Tabela 7

Constituições		Junta Comercial da Bahia					
Mês / Tipo Societário	Empresário	LTDA	S/A	Cooperativa	Outros	Eireli	TOTAL
Janeiro	712	668	29	8	7	388	1.812
Fevereiro	645	650	28	6	3	360	1.692
Março	881	959	42	8	8	539	2.437
Abril	820	873	16	4	8	473	2.194
Maio	832	820	40	2	4	488	2.186
Junho	732	813	34	4	3	419	2.005
Julho	802	884	31	6	3	510	2.236
Agosto	898	968	37	4	8	610	2.525
Setembro	752	764	48	5	4	498	2.071
Outubro	864	1.010	65	7	10	609	2.565
Novembro	868	868	35	13	1	487	2.272
Dezembro	639	721	38	5	4	453	1.860
<b>TOTAL</b>	<b>9.445</b>	<b>9.998</b>	<b>443</b>	<b>72</b>	<b>63</b>	<b>5.834</b>	<b>25.855</b>

No caso do sistema brasileiro, não há só uma diferença razoável entre os dois tipos societário, mas sim um abismo que separa a quantidade de sociedades limitadas e sociedades anônimas. Se analisadas as sociedades que atuam no mercado de valores mobiliários, a diferença é ainda mais gritante. No Brasil, de acordo com a Brasil, Bolsa, Balcão – B3<sup>109</sup>, hoje existem apenas 430 (quatrocentas e trinta) empresas listadas no mercado de valores mobiliários, que são sociedades anônimas.

## 8.2 O PROBLEMA DO CUSTO

Levantados os números acima, questiona-se quais os principais motivos pelos quais os sócios de sociedades limitadas não realizam logo sua transformação em Sociedades Anônimas, para ampliar o leque de possibilidades de captação e evitais quaisquer discussões cerca do ágio e de outras questões inerente ao conflito entre os dois tipos societários?

Uma simples análise do que foi estudado acima permite identificar dois pontos que possuem bastante peso na decisão de realizar a transformação da sociedade limitada em anônima: o nível de governança e o custo.

<sup>109</sup> **B3.** Bolsa, Brasil, Balcão. Ações. Disponível em: <[http://www.b3.com.br/pt\\_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm](http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm)>. Acesso em: 6 mar. 2019.

Do ponto de vista de governança e controle, as sociedades anônimas possuem uma série de obrigações que não são detidas pelas sociedades limitadas. O CODEMEC<sup>110</sup> compara o custo para a abertura e manutenção de empresas, que será demonstrado a seguir.

Em relação às demonstrações contábeis, o quadro comparativo abaixo demonstra as diferenças entre os tipos societários em relação ao nível de exigências existentes.

Tabela 8

Demonstrativos Contábeis	Empresa Limitada	Empresa Limitada com Tributação no Lucro Real ou Presumido	Empresa Limitada de Grande Porte*	S/A de capital fechado com PL inferior a R\$ 2 milhões	S/A de capital fechado com PL maior que R\$ 2 milhões	S/A de capital aberto
I. Balanço Patrimonial (BP)	•	•	•	•	•	•
II. Demonstração de Resultados do Exercício (DRE)	•	•	•	•	•	•
III. Demonstrativo de Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA) (DMPL no caso das Cias. Abertas)		•	•	•	•	•
IV. Demonstrativo de Fluxo de Caixa (DFC)			•		•	•
V. Demonstrativo de Valor Adicionado (DVA)						•
VI. Demonstração do Resultado Abrangente (DRA)						•
VII. Notas Explicativas	•	•	•	•	•	•

Por conta dessa diferença de obrigações contábeis fiscais demonstradas na tabela, o custo para sociedades anônimas é aumentado em valores entre R\$30.000,00 (trinta mil reais) e R\$50.000,00 (cinquenta mil reais) por ano.

Além dessas obrigações, passa-se também a ter a necessidade de obrigações de publicações e de contratação de auditoria terceirizada.

<sup>110</sup> **Instituto CODEMEC** – Comitê para o Desenvolvimento do Mercado de Capitais. Passo a Passo Para Ser S.A. Disponível em: <<http://codemec.org.br/empresario/financiamento-de-empresas/passos-a-passo-para-ser-s-a/>>. Acesso em: 5 mar. 2019.

Tabela 9

Itens	Empresa Limitada	Empresa Limitada com Tributação no Lucro Real ou Presumido	Empresa Limitada de Grande Porte*	S/A de capital fechado com PL inferior a R\$ 2 milhões	S/A de capital fechado com PL maior que R\$ 2 milhões	S/A de capital aberto
Auditoria Independente (auditoria cadastrada na CVM)			•		•	•
Publicação em diário oficial e em jornal de grande circulação de: editais de convocação da Assembleia Geral Ordinária (3 vezes), aviso aos acionistas (3 vezes), balanços e demonstrações financeiras, atas, etc.			(em discussão)	•	•	•

O custo estimado de publicações, ainda de acordo com o CODEMEC<sup>111</sup>, varia de R\$170.000,00 (cento e setenta mil reais) a R\$500.000,00 (quinhentos mil reais), enquanto o custo com contratação de auditoria independente varia entre R\$120.000,00 (cento e vinte mil reais) e R\$500.000,00 (quinhentos mil reais).

Quando as sociedades anônimas são de capital aberto, estas possuem ainda mais obrigações, na medida em que precisam manter uma área de relações com investidores, com obrigações anuais a serem cumpridas. Essas obrigações adicionais geram um aumento no custo que vai de R\$300.000,00 (trezentos mil reais) a R\$1.200.000,00 (um milhão e duzentos mil reais), dependendo do porte da empresa.

Tabela 10

Itens	Limitadas	Limitadas de Grande Porte*	S/A's capital fechado	S/A's capital aberto
Área de Relações com Investidores (RI)				•
Formulário de Referência (anual)				•
Formulário de Informações Trimestrais: é acompanhado do Relatório de Revisão Especial, emitido por auditor independente. (trimestralmente)				•
Formulário de Demonstrações Financeiras Padronizadas (anual)				•
Atos ou Fatos Relevantes				•
Informações Voluntárias				•

<sup>111</sup> **Instituto CODEMEC** – Comitê para o Desenvolvimento do Mercado de Capitais. Passo a Passo Para Ser S.A. Disponível em: <<http://codemec.org.br/empresario/financiamento-de-empresas/passa-a-passo-para-ser-s-a/>>. Acesso em: 5 mar. 2019.

Com isso, uma sociedade anônima pode ter no seu orçamento habitual uma despesa anual entre R\$320.000,00 (trezentos e vinte mil reais) e R\$2.200.000,00 (dois milhões e duzentos mil reais) com prestação de serviços, taxas e publicações apenas para a manutenção do seu tipo societário.

Sem nenhuma dúvida, quando facultado à empresa a opção sobre o tipo societário a ser adotado, uma despesa anual como a demonstrada acima é considerada, sobretudo para análise de custos e benefícios decorrentes de potenciais investimentos ou incentivos, em especial para captação de recursos.

A título exemplificativo, considere uma empresa que pretendesse captar no mercado um financiamento no valor de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), para ser pago em 60 (sessenta) meses. Se constituída na forma de Sociedade Anônima, poderá optar pela emissão de debêntures. Caso a debênture seja remunerada a uma taxa de 2% (dois por cento) a.m., o valor total dos juros pago, ao final de 60 (sessenta) meses, será de R\$1.452.155,90 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e dois mil, cento e cinquenta e cinco reais e noventa centavos).

Uma Sociedade Limitada não poderá se valer da emissão de debêntures para captação de recursos. Contudo, para que formas de captação exclusivas das S/A sejam atrativas, elas precisarão oferecer uma vantagem superior ao custo de manutenção desse tipo societário. Do contrário, qualquer vantagem auferida seria diluída.

Valendo-se do mesmo exemplo, caso uma LTDA capte igualmente o valor de R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais), através de uma CCB – Cédula de Crédito Bancário, remunerada a uma taxa de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento) a.m., o valor total dos juros pagos, ao final de 60 (sessenta) meses, será de R\$2.810.634,56 (dois milhões, oitocentos e dez mil, seiscentos e trinta e quatro reais e cinquenta e seis centavos). Contudo, apesar da diferença pelos juros pagos – R\$1.358.478,66 (um milhão, trezentos e cinquenta e oito mil, quatrocentos e setenta e oito reais e sessenta e seis centavos) a mais na CCB –, a vantagem econômica das debêntures seria consumida pelas taxas anuais que a empresa arcaria para se manter como sociedade anônima.

Com isso, gera-se uma restrição das limitadas a um crédito mais barato, na medida em que limita o seu acesso a investidores diretos, que estariam dispostos a investir em empresas a um retorno muitas vezes mais barato que instituições bancárias.

### 8.3 A CAPITALIZAÇÃO DE EMPRESAS ATRAVÉS DE INVESTIDORES E OS PRINCÍPIOS ECONÔMICOS DA MAXIMIZAÇÃO E EFICIÊNCIA

Outra forma de se captar investimentos, capitalizando as sociedades, é através da emissão de novas quotas, ou ações. Essas cotas, que não necessariamente serão vendidas pelo seu valor patrimonial, geram o ágio, que, segundo o entendimento do CARF, em se tratando de sociedades limitadas não poderão ser levadas à conta de reserva de capital e, portanto, deve ser tributado, como se faturamento da empresa fosse.

Ressalte-se mais uma vez que, a venda de participação societária com ágio se dá por diversos motivos, dentre os quais: expectativa de rentabilidade futura; acordo entre os sócios para que não haja perda de controle pelos sócios originários da sociedade (acaso o valor aportado na sociedade fosse todo convertido em aumento de capital, geraria uma diluição dos sócios originários e, por conseguinte, perda de poder).

Ocorre que, dessa forma, gera-se uma vantagem competitiva das sociedades anônimas em relação às sociedades limitadas. Para que se entenda o caso, é necessário que se traga antes algumas definições econômicas, mais precisamente de microeconomia.

Para a Economia há sempre a busca pela maximização, seja de lucros, de utilidade ou de bem-estar. A maximização é escolher, dentro de uma racionalidade, a melhor alternativa dentre as disponíveis, após as restrições<sup>112</sup>.

Do ponto de vista da eficiência, para que esta exista no processo produtivo, é necessária vigência nesse mesmo processo de, ao menos, uma das duas assertivas abaixo<sup>113</sup>:

---

<sup>112</sup> COOTER, Robert; ULEN, Thomas. **Direito & Economia**. Trad: Luis Marcos Sander, Francisco Araújo da Costa. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2010, p.35-36.

<sup>113</sup> *Ibidem*, p.38.

- a) Não é possível gerar a mesma quantidade de produção usando uma combinação de insumos de custo menor: ou
- b) Não é possível gerar mais produção usando a mesma combinação de insumos.

Trazendo o conceito da microeconomia para o caso em análise, tem-se o seguinte: de um lado, tem-se um fundo de investimento em *private equity*, que possui disponibilidade de capital para investimento em uma sociedade de cerca de R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais). De outro lado, existem duas sociedades com iguais características, viabilidade de operação, demonstrações financeiras saudáveis e atendendo aos critérios de governança exigidos, com o objeto social equivalente e dentro do que o fundo almeja para aquisição e integração dos seus negócios.

Considerando, ainda, que em ambos os casos os sócios originários estão dispostos a emitir quotas / ações novas, representativas de 40% (quarenta por cento) do capital social, pelo preço dos R\$100.000.000,00 (cem milhões de reais) disponíveis no fundo, gerando um ágio de R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais); e que, portanto, existe entre as duas empresas apenas uma diferença: umas delas está constituída como sociedade anônima e a outra como sociedade limitada.

Nesse contexto, observando-se a decisão proferida pelo CARF, a escolha lógica do fundo de investimento é a da sociedade anônima, já que nesta o valor do ágio – R\$60.000.000,00 (sessenta milhões de reais) – seria levado à conta de reserva de capital, enquanto que na sociedade limitada eles seriam levados à tributação, gerando a necessidade de pagamento de impostos na monta de R\$25.926.000,00 (vinte e cinco milhões, novecentos e vinte e seis mil reais) – 15% (quinze por cento) de Imposto de Renda, 10% (dez por cento) de adicional de Imposto de Renda, 1,65% (um inteiro e sessenta e cinco décimos por cento) de Pis, 7,6% (sete inteiros e seis décimos por cento) de Cofins e 9% (nove por cento) de CSLL.

Logo, além de inconstitucional, a diferença no tratamento do ágio pela subscrição de quotas / ações entre os tipos societários seria também ineficiente, na medida em que não atenderia à teoria da maximização da microeconomia e geraria uma desigualdade no grau de competitividade das empresas no mercado.

## **9 A SOLUÇÃO DO MERCADO – ELISÃO, EVASÃO, SIMULAÇÃO, DISSIMULAÇÃO E O CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL**

Um ponto que merece ser perpassado no presente trabalho, justamente para corroborar a sua relevância, é a prática quem vem sendo adotada no mercado. É comum que advogados ou consultores, no momento da subscrição de quotas, recomendem que a sociedade por quotas seja convertida em sociedade anônima e, após a realização do investimento, desfaça a operação, retornando a empresa à qualidade de sociedade por quotas. Contudo, convém questionar os eventuais impactos decorrentes dessa conduta, bem como a possibilidade desta ser considerada como manobra da sociedade para o não pagamento de tributos.

A teor disso, a Lei Complementar 104/2001 introduziu no artigo 116 do Código Tributário Nacional a possibilidade de o fisco desconstituir atos que tenham sido realizados com o fim exclusivo de dissimular o fato gerador do tributo.<sup>114</sup> Veja-se que a própria lei menciona a necessidade de regulamentação da desconstituição de atos jurídicos, o que por si próprio gera discussão na doutrina acerca da auto aplicabilidade do dispositivo inserto no Código Tributário Nacional – CTN. Assim, para que se analise o ponto trazido, faz-se necessário o entendimento de conceitos como elisão, evasão e simulação (ou dissimulação).

Tratando de elisão e evasão, os conceitos são relacionados da seguinte maneira para a doutrina dominante: elisão seria a adoção de medidas legais prévias à incidência do tributo, que fariam com que a sociedade / contribuinte sequer chegasse a sofrer a sua incidência. Já na evasão têm-se a prática de atos ilícitos, concomitantes e/ou posteriores ao pagamento do tributo, para evitar o seu pagamento. Ou seja, o que diferencia os dois são duas hipóteses: momento da

---

<sup>114</sup> Art. 116. Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos:

I - tratando-se de situação de fato, desde o momento em que o se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios;

II - tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos de direito aplicável.

Parágrafo único. A autoridade administrativa poderá desconsiderar atos ou negócios jurídicos praticados com a finalidade de dissimular a ocorrência do fato gerador do tributo ou a natureza dos elementos constitutivos da obrigação tributária, observados os procedimentos a serem estabelecidos em lei ordinária. (Incluído pela Lcp nº 104, de 2001)

prática do ato e sua licitude.<sup>115</sup> É imperioso que, para que seja configurada elisão, estejam presentes, concomitantemente, as duas premissas, ato prévio à incidência e ato lícito.

Tratando-se de evasão, ela pode ocorrer devido a três hipóteses: a) sonegação, que é o pagamento de tributos a menor em decorrência de omissão nas informações a serem apresentadas ao fisco; b) fraude, que ocorre quando há adulteração das informações ou documentos para não pagamento de tributo e; c) simulação e dissimulação, sendo o primeiro caso configurado ao engrupir uma situação inexistente e a segunda ao disfarçar a real intenção das partes nos negócios.<sup>116</sup>

Há divergência na doutrina sobre as terminologias utilizadas e os conceitos de cada um, mas o que é relevante para a discussão presente é identificar se as alterações realizadas seriam lícitas ou ilícitas, sendo satisfatória para tanto a conceituação supramencionada.

Com as definições acima, têm-se dois elementos para analisar. Em primeiro lugar, a cronologia, já que, para que seja elisão, o ato que evitaria o pagamento do tributo ou reduziria o seu volume deveria ser praticado em momento anterior à hipótese de incidência do tributo. Quanto a esse ponto, não há muito o que se discutir, já que a transformação societária ocorre previamente à subscrição das quotas. Após isso, resta analisar a licitude do ato.

Em uma primeira análise, não há nenhum impedimento na transformação de uma sociedade de quotas em uma sociedade anônima. Contudo, ato contínuo, o problema reside no fato de a sociedade desfazer o ato para retornar ao *status quo ante* e ter como o seu único benefício a economia do tributo. E é nesse aspecto que está o maior problema da operação, já que, se a sociedade permanecesse na condição de anônima, não haveria maiores questionamentos, tendo em vista a transformação ser um ato volitivo do empresário.

Para uma melhor análise desse ponto, faz-se necessário entender o conceito de simulação no negócio jurídico trazido pela norma, que é o que vai possibilitar identificar a ilegalidade ou não da operação.

---

<sup>115</sup> **SCMD** – Sacha Calmon, Misabel Derzi, Consultores e Advogados. Disponível em: <<https://sachacalmon.com.br/wp-content/uploads/2010/10/O-Planejamento-Tributario-sob-a-otica-do-Codigo-Tributario-Nacional.pdf>> Extraído em 29/06/2019>. Acesso em: 14:50. Pág. 2.

<sup>116</sup> Idem. Ibidem.



O termo simulação é um conceito trazido pelo Código Civil, no seu artigo 167<sup>117</sup>. Dispõe sobre o negócio ser considerado simulado quando apresenta declaração, confissão, condição ou cláusula não verdadeira. Existem algumas teorias sobre simulação, sendo elas as teorias voluntarista, declarativista e causalista<sup>118</sup>, a seguir resumidas.

**Teoria Voluntarista.** Para essa corrente da doutrina, que é a majoritária no direito brasileiro, a simulação ocorreria quando houvesse divergência entre o ato praticado e a real intenção das partes, considerando um elemento subjetivo como relevante na identificação da existência, ou não, de simulação. O contraponto dessa teoria é o argumento de que a divergência de vontade, em tese, não existiria, já que as partes de fato desejam que a forma realizada aconteça<sup>119</sup>.

**Teoria Declarativista.** Os adeptos dessa corrente descrevem que, para ser configurada simulação seria necessária a existência de um outro negócio jurídico anulando os efeitos de primeiro / simulado. Por exemplo, um contrato oculto desfazendo os efeitos do negócio aparente ao público. Os opositores desse posicionamento alegam justamente que o negócio jurídico oculto seria ato meramente declaratório, que o negócio exposto a público já seria nulo desde o momento em que foi firmado<sup>120</sup>.

**Teoria Causalista.** A teoria causalista põe um pouco de lado a estrita observação do elemento subjetivo da vontade das partes e passa a analisar os efeitos do negócio, se seriam socialmente aceitos. Nessa teoria, ter-se-ia que analisar se seria a hipótese de os efeitos dos negócios jurídicos divergente da sua causa típica<sup>121</sup>.

---

<sup>117</sup> Art. 167. É nulo o negócio jurídico simulado, mas subsistirá o que se dissimulou, se válido for na substância e na forma.

§ 1º Haverá simulação nos negócios jurídicos quando:

I - aparentarem conferir ou transmitir direitos a pessoas diversas daquelas às quais realmente se conferem, ou transmitem;

II - contiverem declaração, confissão, condição ou cláusula não verdadeira;

III - os instrumentos particulares forem antedatados, ou pós-datados.

<sup>118</sup> BOZZA, Fábio Piovesan. **Planejamento Tributário e Autonomia Privada**. Série Doutrina Tributária. v.XV. São Paulo: Quartier Latin, 2015, p.153-154.

<sup>119</sup> *Ibidem*.

<sup>120</sup> *Ibidem*, p.156-158.

<sup>121</sup> *Ibidem*, p.158-160.

O Ponto em comum, independente da teoria que se siga, é a questão de o negócio jurídico não representar a integralidade da vontade das partes ou do resultado desejado, quer seja pela declaração incorreta / ausência, quer seja pelo efeito diverso do motivador do negócio.

É o que ocorre no caso apresentado. A adoção do procedimento de transformação da sociedade para posterior desfazimento da referida transformação, com o único intuito de obter a vantagem fiscal, enquadra-se de forma clara no conceito de simulação, quer seja do artigo 116 do CTN, quer seja do 167 do Código Civil.

No direito brasileiro, o legislador, quando da criação do Código Civil de 2002, optou por tratar a simulação como cláusula de nulidade dos negócios jurídicos, sendo o ato, portanto, considerado inexistente desde sua formação. Sendo assim, não seria necessário o artigo 116 do CTN ou sequer a sua regulamentação para desconstituir o negócio realizado, já que a própria legislação civil tem a previsão de nulidade do negócio jurídico.

Veja-se que o exemplo trazido alhures seria diferente no caso de uma sociedade por quotas que estivesse precisando captar no mercado dinheiro de investidores por um curto período e que somente estariam dispostos a fornecer a quantia mediante emissão de debêntures, o que tornaria necessária e desejada a transformação em sociedade anônima e, uma vez quitada a dívida, poderiam retornar à formatação de sociedade por quotas para reduzir despesas operacionais.

Segundo Alberto Xavier, a simulação fiscal ainda pode ocorrer sobre qualquer elemento da obrigação tributária, base de cálculo, alíquota, fato gerador e qualquer outro elemento.<sup>122</sup>

Com isso, o que se percebe é que a vontade dos sócios, em verdade, não era transformar a sociedade em quotas, mas tão somente obter a vantagem fiscal, o que caracterizaria a simulação do negócio jurídico. Com isso, têm-se dois vieses: a) acaso entenda-se que o parágrafo único do artigo 116 do CTN é auto aplicável, o fisco poderia desconsiderar o ato e autuar a sociedade; b) acaso entenda-se que o parágrafo único não é auto aplicável, ainda assim poderia o fisco pleitear a nulidade do ato judicialmente e, assim, promover a atuação.

---

<sup>122</sup> XAVIER, Alberto. **Tipicidade da Tributação: Simulação e Norma Geral Anti-Elisiva**. São Paulo: Dialética, 2001, p.56.

Isso tudo se se admitir que a posição do fisco está correta. Entendendo-se que a autuação está equivocada, o negócio jurídico e o seu consequente desfazimento têm efeitos nulos, não se enquadrando como simulação.

## 10 CONCLUSÃO

Com o desenvolvimento do presente trabalho foi possível identificar a necessidade, que tornou-se mais relevante com o seu aprofundamento, acerca da abordagem do tema escolhido.

Após conceituação dos institutos, foi possível identificar a independência entre direito e contabilidade, sendo a legislação tributária a única autorizada pelo ordenamento a instituir e regular tributos, restando para a contabilidade a tarefa de registrar os fatos econômicos sobre os quais haverá a incidência de tais tributo. Não obstante isso, a matéria contábil traz para discussão elementos fundamentais para entendimento e análise do tema.

Foi possível identificar que, ao longo dos anos e das diversas normas editadas, o posicionamento do legislador em relação ao ágio foi sendo alterado, regulando seus diversos aspectos, inclusive formas de amortização e aproveitamento de acordo com as modalidades de combinação de negócios.

Em que pese as mudanças sofridas no tratamento do ágio, a possibilidade de sua alocação na conta de reserva de capitais nos casos de subscrição de ações se manteve inalterada. No entanto, com a edição do Decreto 1.598/77, a própria legislação passou a determinar a igualdade de apuração de Imposto de Renda entre sociedades de quotas e sociedades anônimas. E não poderia ser diferente. Foi também verificado com os estudos realizados que a evolução do direito societário e de mercados de capitais gerou uma aproximação relevante entre sociedades limitadas por quotas e sociedades anônimas. Isso foi demonstrado através da permissibilidade de utilização de modelos de captação de recursos que somente eram passíveis de utilização de sociedades anônimas, assim como pela atribuição de responsabilidades das sociedades anônimas para sociedades limitadas, em especial as de grande porte.

A comparação da evolução histórica da norma tributária e todos tipos societários permite inferir que, em verdade, aceitar a alocação do ágio na conta de reserva de capitais no caso de sociedade limitadas é estar em consonância com os motivadores originais da criação da norma, que é o de incentivar o advento de investimentos externos de modo a promover o desenvolvimento do país. Dessa forma, a análise comparativa da evolução história das normas tributárias e da aproximação entre os tipos societário permite inferir o encontro das intenções

do legislador, de permitir a alocação do ágio na conta de reserva afim de viabilizar os investimentos externos que poderiam ser realizados através de sócios investidores.

Isso, contudo, deve ser sopesado de uma reflexão acerca da necessidade de manutenção do “benefício”, inclusive, para o tipo societário de sociedade anônima, tendo em vista que também foi demonstrado no presente trabalho que uma das intenções do legislador, que era desenvolver o mercado de capitais brasileiro, foi conseguida. Isso, contudo, é tema para aprofundamento em trabalho específico acerca do mercado de capitais brasileiro.

É com a evolução da norma e desenvolvimento dos tipos societários comparados que se percebe que, ainda que não houvesse na legislação determinação expressa de contabilização e apuração do Imposto de Renda das sociedades por quotas da mesma maneira que as sociedades anônimas, não seria possível se manter o entendimento apresentado pelo julgamento do CARF, uma vez que haveria uma violação flagrante ao princípio constitucional da igualdade, como também foi apurado aqui.

Um contraponto à utilização da isonomia como critério é impossibilidade de distinção entre os dois tipos societários seria o critério extrafiscal da norma, com o intuito de incentivar o desenvolvimento do mercado de capitais. Contudo, esse estudo da evolução dos tipos societário demonstra a tendência em abertura das possibilidades de captação de mercado pelas sociedades por quotas, de modo que, para o desenvolvimento do mercado, o entendimento que se apresenta aqui passa a ter ainda mais relevância.

Ao revés do que se imagina como desenvolvimento do mercado e da economia nacional, excluir as sociedades por quotas dos benefícios concedidos pela legislação, em verdade, seria diminuir no mercado a capacidade de desenvolvimento econômico, considerando que a grande maioria das empresas brasileiras atuam sob a forma de sociedade limitada. Ainda nessa esteira, como as sociedades limitadas, em regra, possuem menor capacidade organizacional e financeira do que as sociedades anônimas, a manutenção do posicionamento do CARF viola outros princípios constitucionais, como a livre iniciativa e o do desenvolvimento das micro e pequenas empresa.

Dessa forma, estaria o Estado, através de uma cortina de incentivo ao mercado de capitais, concedendo vantagens competitivas a empresas que, em regra, já estão em posição

mais favoráveis. Com isso, mesmo considerando duas empresas semelhantes, mas com tipos societários distintos, o lucro apurado pelos tipos societários seria diferente.

Essa divergência de tratamento, conforme foi verificado, no presente trabalho, não poderia ser mantida, até mesmo em decorrência da realidade econômica do país e suas peculiaridades.

Mas o ponto cerne é que, mesmo se levando em conta os aspectos de igualdade, aproximação de tipos societários e status econômico no cenário nacional, o argumento da legalidade é fundamental para o tema analisado, pois, como visto, a legislação é clara ao determinar que a apuração do contábil e do imposto de renda seja realizado da mesma forma. Com efeito, a não adoção desse critério é, também uma infração, passível de autuação pelos agentes da receita.

Com a decisão narrada acima, o julgador administrativo passou a criar uma teratologia societária, na medida em que, a partir disso, podem existir duas empresas exatamente iguais, de mesmo ramo de atividade, mesma quantidade de empregados, mesmo faturamento e que, no caso de uma aquisição de quotas emitidas por valor superior ao valor das quotas, gerará um pagamento maior de tributo por parte de uma delas.

Por fim, a simples análise da natureza jurídica do ágio na subscrição de quotas, verificando que não se trata de receita, mas de deslocamento do patrimônio dos sócios, impede a sua tributação, já que não se encontra no rol do Regulamento do Imposto de Renda.

Dessa forma, faz-se necessário que o CARF corrija o entendimento firmado, para que a sua decisão não gere nas sociedades por quotas distorções e a necessidade do cometimento de novas infrações fiscais, à medida que estarão descumprindo a determinação legal de apuração nos mesmo moldes das sociedades anônimas.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marcelo Cavalcanti. **Contabilidade avançada**: de acordo com as exigências do MEC para o curso de Ciências Contábeis: textos, exemplos e exercícios resolvidos. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2013.

As 20 maiores bolsas do mundo. **Revista Exame**. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/mercados/as-20-maiores-bolsas-do-mundo/>>. Acesso em: 4 mar. 2019.

ÁVILA, Humberto. **Sistema Constitucional Tributário**. 5.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

B3. Bolsa, Brasil, Balcão. Ações. Disponível em: <[http://www.b3.com.br/pt\\_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm](http://www.b3.com.br/pt_br/produtos-e-servicos/negociacao/renda-variavel/empresas-listadas.htm)>. Acesso em: 6 mar. 2019.

BRASIL. **Código Civil**. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Senado Federal, Brasília, DF, 10 jan. 2002.

BRASIL. Decreto-lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977. Altera a legislação do imposto sobre a renda. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 dez. 1977.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 3.000, de 26 de março de 1999. Regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 mar. 1999. **Revogado pelo Decreto nº 9.580, de 2018**.

\_\_\_\_\_. Decreto-lei nº 3.708, de 10 de janeiro de 1919. Regula a constituição de sociedades por quotas, de responsabilidade limitada. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 jan. 1919.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.357, de 16 de julho de 1964. Autoriza a emissão de Obrigações do Tesouro Nacional, altera a legislação do imposto sobre a renda, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 jul. 1964.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965. Disciplina o mercado de capitais e estabelece medidas para o seu desenvolvimento. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul. 1965.

\_\_\_\_\_. Lei nº 4.862, de 29 de novembro de 1965. Altera a legislação do imposto de renda, adota diversas medidas de ordem fiscal e fazendária, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 30 nov. 1965.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976. Dispõe sobre o mercado de valores mobiliários e cria a Comissão de Valores Mobiliários. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 9 dez. 1976.

\_\_\_\_\_. Lei nº 6.604, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 15 dez. 1976.

\_\_\_\_\_. Lei nº 9.532, de 10 de dezembro de 1997. Altera a legislação tributária federal e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 11 dez. 1997.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 dez. 2007.

CODEMEC. Passo a Passo Para Ser S.A. Disponível em:

<<http://codemec.org.br/empresario/financiamento-de-empresas/passo-a-passo-para-ser-s-a/>>. Acesso em: 5 mar. 2019.

COELHO, Fábio Ulhôa. O Valor da Participação Societária: quotas de sociedades limitadas e ações de sociedades anônimas. In: COELHO, Fábio Ulhôa (Coord.). **Tratado de direito comercial: Introdução ao direito comercial: teoria geral das sociedades**, v.1. São Paulo: Saraiva, 2015, p. 300.

COELHO, Sacha Calmon Navarro; COELHO, Eduardo Junqueira. O Conceito Tributário de Ágio Previsto no Decreto-Lei 1.598/77 e os Requisitos para sua Amortização com Base no Art. 7º da Lei 9.532/1997. In: MANEIRA, Eduardo; SANTIAGO, Igor Mauler (Coord.). (Org.). **O ágio no Direito Tributário e Societário: questões atuais**. São Paulo: Quartier Latin, 2015, p. 69-100.

COMITÊ DE PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS. Pronunciamento Técnico CPC 15 (R1). Combinação de Negócios. Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IFRS 3 (IASB – BV 2011). Disponível em: <[http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/235\\_CPC\\_15\\_R1\\_rev%2004.pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/235_CPC_15_R1_rev%2004.pdf)>. Acesso em: 3 nov. 2018.

FONSECA, Fernando Daniel de Moura; LIMA, Daniel Serra. A Relação entre os Conceitos Jurídico e Contábil de Ágio antes e depois da Reforma da Lei das S/A: o problema da interdisciplinariedade no Direito Tributário. In: MANEIRA, Eduardo; SANTIAGO, Igor Mauler (Coord.); LIMA, Daniel Serra; FONSECA, Fernando Daniel de Moura (Org.). **O ágio no Direito Tributário e Societário: questões atuais**. 1.ed. São Paulo: Quartier Latin, 2015.

FUJI, Alessandra Hirano. O Conceito de Lucro Econômico no âmbito da Contabilidade Aplicada. **Revista Contabilidade & Finanças - USP**, São Paulo, n.36, p.74-86, set./dez. 2004.

GONÇALVES NETO, Alfredo de Assis. Características e natureza da sociedade anônima. In: COELHO, Fábio Ulhôa (Coord.). **Tratado de Direito Comercial: Tipos societários, Sociedade Limitada, Sociedade Anônima**. v.2. São Paulo: Saraiva, 2015.

HUBET, Ivens Henrique. Capital social. In: COELHO, Fábio Ulhôa (Coord.). **Tratado de direito comercial: Introdução ao direito comercial: teoria geral das sociedades**, v.1. São Paulo: Saraiva, 2015.

IUDÍCIBUS, Sérgio de. et al. **Manual de Contabilidade Societária: Aplicável a todas as Sociedades: de acordo com as normas internacionais e do CPC (2010)**. 3.ed. São Paulo: Editora Atlas, 2018.



JUCEB. Quantitativo de Constituições de Empresas. Disponível em:  
<<http://www.juceb2.ba.gov.br/const.asp?Ano=2018>>. Acesso em: 5 mar. 2019.

JUCEMG. Estatísticas 2018. Disponível em:  
<<https://www.jucemg.mg.gov.br/ibr/informacoes+estatisticas+estatisticas-2018>>. Acesso em:  
5 mar. 2018.

JUCERJA. Constituição de Empresas no Ano de 2018. Disponível em:  
<<https://www.jucerja.rj.gov.br/Informacoes/EstatisticaSimples?AnoBaseConsulta=2018&TipoDeConsulta=1&CodigoEscritorio=00&CodigoEscritorio=N>>. Acesso em: 5 mar. 2019.

MATTOS FILHO, Ary Oswaldo. **Direito dos valores mobiliário**. 1.ed. Tomo 1. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **O conteúdo Jurídico do princípio da igualdade**. 3.ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1999.

Mercado de capital brasileiro está em 12º no ranking mundial. Disponível em:  
<<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/assuntos-economicos/noticias/mercado-de-capital-brasileiro-esta-em-12o-no-ranking-mundial>>. Acesso em: 4 mar. 2019.

SCHOUERI, Luís Eduardo. **Ágio em reorganizações societárias (aspectos tributários)**. São Paulo: Dialética.

SOUSA, Marcos Andrey de. Sociedade Limitada: considerações gerais. In: COELHO, Fábio Ulhôa (Coord). **Tratado de Direito Comercial**: Tipos societários, Sociedade Limitada, Sociedade Anônima. v.2. São Paulo: Saraiva, 2015.

**Valor Econômico. Princípios Editoriais**. Maioria das decisões sobre ágio no Carf é contrária aos contribuintes. Brasília, 5 nov. 2018. Disponível em:  
<<https://www.valor.com.br/legislacao/5967101/maioria-das-decisoes-sobre-agio-no-carf-e-contraria-aos-contribuintes>>. Acesso em: 28 fev. 2018.